



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2025

PREÂMBULO

O Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, por meio de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 068/2024, de 25 de janeiro de 2024, com endereço à Avenida das Embaúbas, nº 1.386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78.550-206, CNPJ 15.024.003/0001-32, isenta de inscrição estadual, torna pública a abertura do processo licitatório, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, com **EXCLUSIVIDADE para ME e EPP** e também para **AMPLA CONCORRÊNCIA**, com MODO DE DISPUTA ABERTO, às **09h00min** (horário de Brasília/DF) do dia **04 de junho de 2025**, para **Contratações de empresa especializada em locação de tendas para atender às necessidades das Secretarias Municipais**, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 359/2023, demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Em caso de discordância e/ou contradição existente entre as especificações do objeto descritas na plataforma do Portal de Compras Públicas e as especificações técnicas constantes neste Edital e seus Anexos, prevalecerão as previstas neste instrumento convocatório, não sendo aceitas alegações de suposta indução ao erro, razão pela qual a licitante deverá se atentar unicamente às descrições do objeto contidas neste Edital e Termo de Referência.

As licitantes deverão utilizar-se dos Modelos de Declarações Conjuntas disponíveis no Anexo III do Edital, uma vez que eles contemplam todas as exigências da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Municipal n.º 359/2023. Caso a licitante opte por enviar suas próprias declarações e, por acaso, estiver faltando alguma das exigências contidas nos modelos do Anexo III, a licitante poderá ser inabilitada e/ou desclassificada.

As licitantes também deverão utilizar-se do Modelo de Proposta Readequada disposto no Anexo II do Edital, pois ele contém todas as informações necessárias para cadastramento.



1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a **contratações de empresa especializada em locação de tendas para atender às necessidades das Secretarias Municipais**, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.2. Fica facultada à licitante participar de quantos itens forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um item, deverá enviar proposta para a totalidade solicitada.

1.3. A licitante deverá ficar atenta às especificações dos itens, especialmente quando indicar marcas como referência de qualidade, necessidade de padronização, necessidade de manter a compatibilidade com plataformas padrões ou única capaz de atender, assim como eventuais vedações de marcas ou produtos que não atendam as expectativas da Administração, conforme art. 42 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO

2.1. O início da sessão pública será às **09h00min** (horário de Brasília/DF) do dia **04 de junho de 2025**, através do endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.1.1. Em relação aos grupo de **itens 03 e 04** a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Para os grupos de itens **01, 02 e 05** a participação é para a ampla concorrência, sendo destinada a todas as empresas, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte, com tratamento diferenciado.

3.1.2 Em caso de não tiver propostas de preços registradas de nenhuma empresa que se encaixe nas especificações da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar do certame as demais empresas não elencadas na referida lei.

3.2. Não poderão participar deste Pregão:



- 3.2.1.** Empresas que não atenderem às condições deste Edital e seus Anexos;
- 3.2.2.** Empresas que estejam em processo de falência ou concordata, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.2.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.2.4.** Empresas inadimplentes em obrigações assumidas com a Prefeitura Municipal de Sinop/MT;
- 3.2.5.** Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- 3.2.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.7.** Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
- 3.2.8.** Que constem nos cadastros oficiais: Certidão de Licitantes Inidôneos – TCU (Tribunal de Contas da União); CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ (Conselho Nacional de Justiça); CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CJU (Controladoria Geral da União); CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CJU (Controladoria Geral da União) e; Comissão Processante Permanente do Município de Sinop/MT.
- 3.2.9.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.2.10.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



3.2.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.2.12. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.13. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.3. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.9. e 3.2.10. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O disposto nos itens 3.2.9. e 3.2.10. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5007

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.8. A vedação de que trata o item 3.2.13. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de Equipe de Apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. Será permitida a participação de consórcio de empresas, sendo exigidas:

3.9.1. A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no Edital e representará as consorciadas perante o município;

3.9.2. A apresentação da documentação de habilitação especificada no Edital por empresa consorciada;

3.9.3. A comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no Edital;

3.9.4. A demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no Edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

3.9.5. A responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do Contrato;

3.9.6. A obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras; e

3.9.7. A constituição e o registro do consórcio antes da celebração do Contrato;

3.9.8. Fica estabelecido para o consórcio o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

3.10. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5008

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



de mais de um consórcio ou isoladamente.

3.11. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante no credenciamento junto à plataforma eletrônica.

3.12. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o Agricultor Familiar, o Produtor Rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

3.13. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

3.14. Não será concedido tratamento diferenciado no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços comuns, até mesmo de engenharia, ao item ou lote cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme preceitua o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. O Pregoeiro responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos e divulgará no Portal de Compras Públicas ou via e-mail, se for o caso, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, do Edital e seus Anexos.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, através do *site* www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do *e-mail* licitacao@sinop.mt.gov.br, ou ainda, protocolando o documento original no

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5009

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



Departamento de Protocolo da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Rua das Avencas, nº 1.481, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP: 78.550-210, antiga Câmara Municipal.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.5. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

4.6. O prazo limite para recebimento dos pedidos de esclarecimentos e de impugnação encerrar-se-á às 23h59min (horário de Brasília/DF).

4.7. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.

5. DO CREDENCIAMENTO E DO REGISTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da rede mundial de computadores – *Internet*.

5.2. A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa responsável para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

5.3. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida, terá acesso ao portal.

5.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5080

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3.3. É de responsabilidade do licitante cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, bem como manifestar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

5.4.1. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

5.5. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, ou ainda, representantes distintos substabelecidos pelo mesmo procurador, mesmo que em itens ou lotes distintos.

5.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos



responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.10. Na presente licitação a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.11. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, que será a partir das **09h00min** (horário de Brasília/DF) do dia **21 de maio de 2025**, até às **09h00min** (horário de Brasília/DF) do dia **04 de junho de 2025**.

5.12. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.12.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.12.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.12.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.12.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.13. O licitante organizado em Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.



5.14. O fornecedor enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.14.1. No item exclusivo para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.14.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa.

5.15. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

5.16. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.17. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.18. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.19. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.19.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.19.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



5.20. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.20.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.20.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.21. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.19. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.22. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.23. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.24. A Proposta de Preços deverá conter a mesma descrição dos itens ou lotes descritos no Termo de Referência, não podendo a proponente modificar, suprimir ou acrescentar a descrição contida no Edital, sob pena de desclassificação.

5.25. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 2 (duas) horas.

5.26. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

5.26.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.27. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário definidos no Edital.



5.28. O julgamento das propostas será feito pelo menor valor ou maior desconto de acordo com o especificado no Anexo I.

5.29. A proponente deverá manter o valor da proposta registrada por no mínimo 60 (sessenta) dias.

5.30. No presente certame não é possível o licitante oferecer proposta de preços em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se aos limites lá informados, bem como não poderá apresentar proposta de preços com descrição do item diferente da registrada no Termo de Referência, seja com descrição com menos ou mais informações do que lá estabelecidas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FASE DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à sessão pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

6.4. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.5. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou pelo percentual de desconto, conforme o caso.

6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



6.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10. Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo Pregoeiro através do sistema. Neste caso, a disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e, em seguida, a disputa será reiniciada pelo Pregoeiro.

6.11. Não será retirada a proposta ou desclassificado o lance quando este não for considerado inexequível pelo Pregoeiro durante a sessão de lances, não sendo admitidos pedidos de desclassificação via *e-mail*, telefone ou *chat*.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.13. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, as proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.14. Será adotado para este Pregão o MODO DE DISPUTA ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.14.1. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro,



auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.21. Após o encerramento da etapa de lances, como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada.

6.21.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada automaticamente pelo sistema para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.21.2. A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP).



6.21.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.21.4. No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

6.21.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 6.21.3., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.21.6. O procedimento previsto no item 6.21. somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

6.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;

6.23.2. Empresas brasileiras;

6.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5008

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



6.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade e serão observados os preços unitários máximos obtidos na pesquisa de preços do presente certame como critério de aceitabilidade.

6.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.28. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.29. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances e de negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para o objeto, obtido por meio de pesquisa de mercado.



7.2. A classificação das propostas será pelo critério de MENOR PREÇO, representado pelo MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS, observado o preço total de referência do item, obtido por meio de pesquisa de mercado.

7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.3.1. Contiver vícios insanáveis;

7.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.4.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.4.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital;

7.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5000

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a lei.

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da Proposta de Preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do Contrato.

7.7.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.7.3. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.7.4. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.8. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, se estiver acima do valor de referência ou for comprovada sua inexequibilidade, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de



classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que satisfaça às condições e exigências constantes no Edital e seus Anexos.

7.8.1. Ocorrendo a situação referida no item 7.8., o Pregoeiro poderá negociar com a licitante subsequente para que seja obtida melhor proposta.

7.8.2. Se a negociante se mantiver inerte durante a fase de negociação, dar-se-á a preclusão e a negociação passará para a colocada subsequente.

7.9. O prazo para envio da proposta de preços readequada com os respectivos valores obtidos na fase de lances ou de negociação pelo vencedor será de 2 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

7.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados ou das propostas registradas, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.11. No julgamento das propostas de preços, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

8.1. Declarada a empresa vencedora ao final da fase de lances, a licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar a Proposta de Preços readequada de forma digitalizada no prazo de 2 (duas) horas, contados a partir da declaração de vencedor e da fase de negociação, no campo adequado para tal, disponível no site www.portaldecompraspublicas.com.br, contendo os valores (unitários e totais), descrição contendo especificação detalhada, unidade de fornecimento, marca e o valor deverá ser igual ou menor ao lance vencedor.

8.1.1. Dentro do prazo de 2 (duas) horas poderão ser remetidos, por iniciativa da licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua Proposta de Preços.

8.1.2. Em caso de qualquer ocorrência que impeça a inserção da proposta readequada e/ou de documentos de habilitação, na devida plataforma digital, a empresa

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5002

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



vencedora deverá solicitar via chat da plataforma digital o envio dos referidos documentos por e-mail dentro do prazo estabelecido de 2 (duas) horas.

8.1.3. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 2 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço ou de qualquer outro documento complementar ou retificador ou que deveria ter sido remetido juntamente com a proposta, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta, e a convocação da próxima licitante.

8.2. A Proposta de Preços deverá atender aos seguintes requisitos:

8.2.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formulário próprio contendo as mesmas informações exigidas no Termo de Referência, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o valor unitário ou desconto de cada item ou lote ou grupo de itens, valor total do item ou lote ou grupo de itens, valor total da proposta, expresso em reais (R\$) ou em porcentagem (%), quando aplicável, com 02 (dois) dígitos após a vírgula, em algarismos arábicos, conforme mencionado acima, marca e fabricante do produto ou o nome do prestador quando tratar-se de serviço, conforme o caso, sendo assinada na última folha em local específico pelo responsável da licitante; (Modelo/Anexo II).

8.2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, não sendo possível oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, devendo constar nos preços todos os custos necessários para o atendimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantias e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado e constante da proposta;

8.2.3. Em caso de divergência entre os valores unitário e total, serão considerados os primeiros e, entre os expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;

8.2.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das proposta, serão

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5003

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais;

8.2.5. O prazo para a entrega dos produtos ou para a prestação dos serviços deverá ser de acordo com o cronograma estipulado pela Secretaria solicitante;

8.2.6. Somente será aceito um preço para cada item;

8.2.7. Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa, esse prazo será considerado como tal;

8.2.8. Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá fornecer o objeto da licitação, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número da conta corrente bancária e agência respectiva;

8.2.9. Número deste Pregão.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. A Proposta de Preços será considerada completa, abrangendo todos os custos com a entrega do produto ou do serviço licitado, conforme disposto nos itens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 do Edital.

8.5. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

8.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais ofertados.

8.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

8.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5004

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo do Edital.

8.9. O Pregoeiro considerará como formal os erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique em nulidade do procedimento.

8.10. A proponente deverá manter o valor da proposta registrada por no mínimo 60 (sessenta) dias.

8.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso ou pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da Ata de Registro de Preços.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No mesmo prazo de que trata o item 8.1., juntamente com a Proposta de Preços readequada, a empresa vencedora deverá apresentar os Documentos de Habilitação no site www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme documentos listados a partir do item 9.2.

9.1.1. Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada (aceita-se certificação digital), nem documentos com prazo de validade vencido.

9.1.2. Os documentos deverão ser apresentados com impressão apenas no anverso (frente) das folhas, não sendo aceitas quaisquer impressões no verso das folhas.



9.1.2.1. O descumprimento do item 9.1.2 não será motivo de inabilitação do proponente.

9.1.3. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

9.1.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64):

9.1.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.1.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.1.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.1.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

9.1.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.1.8. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Habilitação jurídica:

9.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.2.7. No caso do item 9.2.3., caso a empresa for identificada como EIRELI em seus atos constitutivos, ela deverá ser considerada como convertida em SLU, automaticamente pelo agente de contratação, devendo os seus atos constitutivos serem considerados regulares como EIRELI, mas a empresa deverá se comportar na contratação como uma SLU.

9.2.8. Quaisquer atos constitutivos elencados acima deverão ser apresentados juntamente com a **Consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA**;

9.2.9. Tratando-se de procurador, apresentar procuração por instrumento público ou particular, que comprove os poderes do mandante para a outorga, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.



9.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

9.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

9.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3. Regularidade perante a Fazenda Federal (incluindo Seguridade Social), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.4. Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**);

9.3.6. Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, declarando que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme Modelo de Declaração do Anexo VIII.

9.4. Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigidos na forma da lei;

a) O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a um ($\geq 1,0$), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = *Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo*

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Solvência Geral (SG) = *Ativo Total*



Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Liquidez Corrente (LC) = *Ativo Circulante*

Passivo Circulante

b) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5,0% (cinco por cento) do valor total estimado para o item da contratação. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §4º)

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §1º).

d) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

e) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

f) O Balanço Patrimonial físico na forma da lei deve conter os seguintes elementos:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício;
- Assinado pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Registrado na Junta Comercial, no Cartório De Registros De Pessoa Jurídica ou OAB.

g). O Balanço Patrimonial digital na forma da lei deve conter os seguintes elementos:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 5009

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



9.4.2 Certidão negativa de feitos sobre falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no prazo de até 30 dias antecedentes à realização do certame.

9.4.2.1. Admite-se a participação em licitações de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão 1201/2020, TCU, Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

9.4.2.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.5. Qualificação Técnica:

9.5.1 Apresentar atestado de Capacidade Técnica em nome da proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contratante dos serviços, comprovando que a licitante forneceu/executou ou fornece/executa serviços compatíveis em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto licitado observadas as previsões do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5.2 Na descrição deverão conter informações que permitam o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança ou afinidade com o objeto licitado, devendo o(s) atestado(s) conter:

- a) CNPJ da licitante e endereço atualizado da empresa;
- b) Relatório do objeto fornecido e/ou serviços realizados;
- c) Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.
- d) Em se tratando de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, a assinatura do responsável deverá ser feita com reconhecimento de firma.
- e) Comprovante da execução do contrato na ordem de 5,0% (cinco por cento) do quantitativo do objeto a ser licitado para os seguintes itens: **no grupo 1 itens 03 (11), 06 (25), 07 (50), 08 (27), 09 (70) e grupo 5 item 01 (2.901).**



9.5.2.1 A Administração poderá diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução/fornecimento do serviço. Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria participante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a empresa licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

9.6 No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971;

9.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/1971, art. 107;

9.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- d) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



9.7. Declarações Conjuntas (Anexo III):

9.7.1. Declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar 123/2006:

9.7.1.1. Em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de declaração de que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, (**Anexo III – Declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar 123/2006**) acompanhada da **Certidão Simplificada** expedida pela Junta Comercial da sede do licitante.

9.7.1.2. A certidão deverá ter sido emitida nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para a realização do certame, sob pena de não aceitabilidade.

9.7.1.3. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão da Junta Comercial.

9.7.1.4. Em se tratando de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.1.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.7.1.6. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação;

9.7.1.7. Em atenção ao art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, nas licitações públicas a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato.



9.7.2. Declaração de habilitação:

9.7.2.1. A licitante deverá apresentar declaração de que atende aos requisitos de habilitação e que todas as declarações informadas são verídicas, bem como todas as certidões apresentadas são autênticas, conforme modelo no Anexo III.

9.7.3. Declaração de inexistência de fatos impeditivos:

9.7.3.1. A licitante deverá apresentar declaração de inexistência de fatos supervenientes e/ou impeditivos para sua habilitação no processo licitatório e que não consta nos cadastros oficiais de impedimentos, conforme Modelo de Declaração do Anexo III.

9.7.3.2. Juntamente com esta declaração deverá ser apresentada a certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível através do site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, expedida em até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para abertura do certame.

9.7.4. Declaração de reserva de cargos:

9.7.4.1. A licitante deverá apresentar declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, IV, da Lei Federal 14.133/2021, e que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, conforme Modelo de Declaração do Anexo III.

9.7.5. Declaração de não parentesco:

9.7.5.1. A licitante deverá apresentar declaração de que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços ou Contrato, quando for o caso, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau conforme Modelo de Declaração do Anexo III.

9.7.6. Declaração de que não emprega menor de idade:



9.7.6.1. A licitante deverá apresentar declaração, para fins do disposto no art. 68, VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme Modelo de Declaração do Anexo III.

9.8. Observações:

9.8.1. O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

9.8.2. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

9.8.3. A documentação exigida no item 9 deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal.

9.8.4. A aceitação dos documentos obtidos via *Internet* ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pelo Pregoeiro.

9.8.5. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 90 (noventa) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

9.8.6. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força de lei ou a publicação em órgão da imprensa na forma da lei.

9.8.7. As autenticações serão aceitas quando feitas em cartório ou através de certificação digital.

9.8.8. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

9.8.9. Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecido no item 9 do Edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que



configurem o seu requerimento, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

9.8.10. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto no item 9 inabilitará o licitante e o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do Edital.

9.8.11. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

9.8.12. A licitante que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e sujeita às penalidades legais.

9.8.13. Se a vencedora não encaminhar a proposta de preços ou os documentos de habilitação dentro do prazo estabelecido no Edital será penalizada de acordo com as sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado for em relação ao julgamento das propostas ou ao ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 1 (uma) hora, conforme art. 237, I, do Decreto Municipal nº 359/2023.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.9. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Conforme preconiza o art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, se houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:



- 11.1.1.** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 11.1.2.** Proceder com a revogação da licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 11.1.3.** Proceder com a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 11.1.4.** Proceder com a adjudicação do objeto e com a homologação da licitação.
- 11.2.** Ao pronunciar com a anulação, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 11.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 11.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 11.5.** Quando houver interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos no Edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1.** O Contrato, no presente pregão, será substituído pela Nota de Empenho ou pela ordem de fornecimento.
- 12.2.** A assinatura da Nota de Empenho não gera obrigação imediata de fornecimento dos objetos desta licitação, devendo esta ser precedida de ordem de fornecimento especificando objeto, quantidade e valor, de acordo com as cláusulas deste Edital.
- 12.3.** Após a homologação do resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



12.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.5. A Ata de Registro de Preços será disponibilizada para assinatura digital no Portal de Assinaturas, no endereço <https://www.portaldeassinaturas.com.br/>, com o uso de certificação digital.

12.6. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante deverá possuir certificado emitido no âmbito da ICP-Brasil, nos termos da MP nº 2.200-2/2002.

12.7. O licitante deverá informar em seu cadastro na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br o e-mail para envio da Ata de Registro de Preços para assinatura digital, com a indicação do nome e CPF do representante legal da empresa constante no certificado digital.

12.8. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.9. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.11. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.12. Após convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de validade da proposta, decorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, o licitante que não a fizer, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções,

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50008
Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267
E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



aplicáveis isolada ou conjuntamente:

12.12.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da respectiva proposta;

12.12.2. Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 3 (três) anos.

12.13. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo V, a formação do cadastro de reserva com o registro:

12.13.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.13.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.

12.15. O registro a que se refere o item 12.13.1. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços.

12.16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.17. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 12.13.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

12.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 14.

12.18. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

12.19. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 12.13.1., aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:



12.19.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.19.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.20. Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar até 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste certame, nos termos do art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.21. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, nos termos do art. 86, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.22. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Contratante, designado(a) por meio de portaria, doravante denominado Gestor ou Fiscal da Ata de Registro de Preços.

12.23. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.24. De acordo com a Lei Municipal n.º 3260/2023, em caso de processos licitatórios pertinentes a obras e serviços, inclusive de publicidade, será exigido como condição para assinatura do Contrato das empresas vencedoras a comprovação documental de igualdade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com graus de instrução iguais ou equivalentes, no prazo de 5 dias, contados da publicação do resultado da licitação, podendo ser prorrogado por igual período e uma única vez, desde que seja justificado, por meio de:

12.24.1. Documento assinado por contador responsável, contendo o nome de todos os funcionários e respectivos cargos, tempo de serviço, grau de instrução, raça declarada e re remuneração e;

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50010
Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267
E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



12.24.2. Relatório sobre ações afirmativas adotadas para garantir a igualdade de condições no ingresso e na ascensão profissional, e o combate às práticas discriminatórias, inclusive de raça, e à ocorrência de assédios moral e sexual na empresa, pelo menos nas áreas de:

- a) políticas de benefícios;
- b) recrutamento e seleção;
- c) capacitação e treinamento.

12.25. A empresa vencedora do processo licitatório que não comprovar o cumprimento das condições impostas pela Lei Municipal n.º 3260/2023 ficará impedida de assinar o respectivo Contrato, ficando a Administração Pública autorizada a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva entrega do bem, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 358/2023 e do Decreto Municipal n.º 129/2024.

13.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.3. A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

13.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes.

13.5. Não aplicar-se-á o previsto no item 13.1. caso os recursos sejam provenientes de transferências de outros órgãos e os mesmos não tenham sido arrecadados aos cofres públicos municipais.

13.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios



eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.7. Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da C/C da contratada, bem como, se a empresa é optante do SIMPLES.

13.8. Em sendo optante do SIMPLES, o fornecedor deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

13.9. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste certame.

13.10. Para fins de imposto de renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição Federal, o Município em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, observará o disposto no art. 64, da Lei Federal n.º 9.430/1996, no art. 15 da Lei n.º 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB n.º 1663/2016, e por fim Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, com a consequente retenção na fonte do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

13.11. Não será admitido o pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

13.12. As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade do fornecedor.

13.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.14. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.



13.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.16. Qualquer irregularidade ou falta de apresentação de certidões o prazo do item 13.1. somente se iniciará com a devida regularização das pendências.

13.17. Em caso de atraso superior a 30 dias no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência do INPC, referente ao mês de inadimplemento.

13.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.20. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.20.1. O prazo de validade;

13.20.2. A data da emissão;

13.20.3. Os dados da Ata de Registro de Preços e do órgão contratante;

13.20.4. O período respectivo de execução da Ata de Registro de Preços;

13.20.5. O valor a pagar; e

13.20.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.21. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à



existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.23. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

13.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso a Contratada não regularize sua situação.

13.25. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

13.26. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

13.27. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

13.28. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.29. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação, correrão a cargo dos participantes da licitação, através das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas notas de empenho, Contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no Edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DOTAÇÃO	RECURSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
2025339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2027339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	



2118339039000015000000000	Recursos Próprios
2122339039000015000000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO	
2108339039000027520000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
2113339039000015000000000	Recursos próprios
1045339039000015000000000	Recursos próprios
1045339039000017590000000	Recursos próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
2033339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2036339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2034339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2039339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2040339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2041339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2042339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2043339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2066339039000001500000000	Recursos Próprios
2070339039000001500000000	Recursos Próprios
2065339039000001500000000	Recursos Próprios
2057339039000001500000000	Recursos Próprios
2059339039000001500000000	Recursos Próprios
2060339039000001500000000	Recursos Próprios
2055339039000001500000000	Recursos Próprios
2056339039000001500000000	Recursos Próprios
2059339039000001660000000	Recursos Estaduais
2057339039000001660000000	Recursos Estaduais
2060339039000001660000000	Recursos Estaduais
2055339039000001660000000	Recursos Estaduais
2056339039000001660000000	Recursos Estaduais
2057339039000001661000000	Recurso Federal
2059339039000001661000000	Recurso Federal
2060339039000001661000000	Recurso Federal
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
2084339039000001500000000	Recursos Próprios
2078339039000001500000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
20933390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
20953390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
20893390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
20983390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
21023390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
21043390390000016000000600	Recursos Federais (SUS)
20953390390000016000000603	Recursos Federais (SUS)
20893390390000016000000605	Recursos Federais (SUS)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
2112339039000001500000000	Recursos Próprios - Municipal

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50015

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
2131339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2133339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2134339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2135339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2137339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2140339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	
2141339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal

14. DA ALTERAÇÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

14.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

14.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

14.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.2.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se



aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

14.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

14.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

14.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

14.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

14.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

14.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



14.3.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

14.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

14.6. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

14.7. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

14.8. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

14.9. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto ou prestação do serviço, sem que caiba direito de recurso.

14.10. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata



de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos ou prestação de serviços, sob pena de aplicação das penalidades dispostas no Edital.

15. DO PRAZO DA ENTREGA DOS BENS OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. A(s) empresa(s) deverá(ão) prestar os serviços de locação, instalando as tendas solicitadas **em até 05 (cinco) dias**, após o recebimento da NAD (Nota de Autorização da Despesa) pela empresa do certame licitatório, estando sujeitos à conferência e aceita pelo servidor responsável;

15.2 Os serviços solicitados deverão ser entregues, conforme endereço e horário indicado por cada secretaria no perímetro do município de Sinop-MT;

15.3 As Diárias de permanência referem-se aos demais dias posteriores ao primeiro dia, que está incluso o valor do serviço de montagem; independente do tempo necessário para ficar no local do evento.

15.4 Os serviços deverão ser entregues de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência. As tendas instaladas em desconformidade ou com avarias serão rejeitadas no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema de imediato, sob pena de cancelamento da contratação.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. São obrigações da Contratante:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e o Termo de Referência;

16.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

16.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência;



16.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e na Ata de Registro de Preços;

16.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

16.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 dias;

16.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

16.1.10. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega dos produtos ou serviços objetos desta licitação;

16.1.11. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do objeto;

16.1.12. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal.

16.2. São obrigações da Contratada:

16.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

16.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

16.2.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



16.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços;

16.2.8. Comunicar ao Fiscal da Ata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

16.2.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

16.2.10. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.2.11. Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021);

16.2.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021);

16.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;



16.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

16.2.16. Fornecer os produtos ou prestar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

16.2.17. As notas fiscais não poderão ter rasuras e deverão descrever corretamente o item, e número de empenho, o número do processo de compras, dados bancários para depósito. As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando, estiver devidamente assinado e carimbado pelo funcionário responsável.

16.2.18. Pagar todos os tributos, encargos, custos e despesas, dentre outros, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos ou serviços fornecidos;

16.2.19. Manter, durante a validade da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

16.2.20. Fornecer os bens ou prestar os serviços, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

17.1.2. Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3. Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;



17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

17.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.5.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

17.1.5.4. Deixar de apresentar amostra;

17.1.5.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

17.1.6. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, bem como recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou durante a execução da Ata de Registro de Preços;

17.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.10.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.13/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa (moratória e/ou compensatória);

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da Ata de Registro de Preços, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial. O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n.º 360/2023.

17.4.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para os itens 17.1.4. e 17.1.5.

17.4.2. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de: recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual, quando for o caso, e no caso do item 17.1.6.

17.4.3. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, no caso do item 17.1.1.

17.4.4. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, nos casos do item 17.1.3.

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50024

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



17.4.5. De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, nos casos previstos nos itens 17.1.2., 17.1.7., 17.1.8., 17.1.9., 17.1.10., 17.1.11. e 17.1.12.

17.5. A sanção de multa moratória será aplicada à licitante/contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado na Ata de Registro de Preços, e será aplicada nos seguintes percentuais:

17.5.1. De 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços, até 10 (dez) dias de atraso.

17.5.2. De 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços.

17.5.3. De 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços.

17.5.4. Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo Fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17.6. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 13 do Decreto Municipal n.º 360/2023.

17.7. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, quando justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 16 do Decreto Municipal n.º 360/2023.

17.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos



e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal n.º 360/2023.

17.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão.

17.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17.11. A aplicação das sanções previstas no item 17.2., alíneas “b”, “c”, “d” e “e” admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

18. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. A Ata de Registro de Preços será acompanhada por um gestor cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais, como: instruir o processo da contratação com toda a documentação relativa à sua execução e fiscalização, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 359/2023.



18.3. A Ata de Registro de Preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 359/2023.

18.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será elaborado o plano de fiscalização que terá como referência o Termo de Referência, Edital e instrumento contratual e constará as estratégias de execução e fiscalização, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 359/2023.

18.5. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação à Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;

c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e

f) a satisfação do público usuário, quando cabível.

18.5.1. O fiscal da Ata de Registro de Preços deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

I - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.5.2. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

18.6. O produto será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto está condizente com a fatura, com as informações na embalagem,

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50027

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



com o previsto em contrato ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o produto está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro do prazo de validade do produto.

18.7. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

18.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e Edital, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.9. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

18.11. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.12. As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O resultado da licitação será lavrado em ata da sessão pública do sistema eletrônico, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

19.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.



19.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.10. A homologação do resultado desta licitação será feita pela Autoridade Superior.

19.11. A Autoridade Superior poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento das obrigações constantes na Ata de Registro de Preços.



19.13. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.14. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Sinop, no endereço eletrônico <https://www.sinop.mt.gov.br/portal/editais/1>.

19.15. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 359/2023, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

19.16. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, fica eleito o foro da comarca de Sinop/MT, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços Readequada;

Anexo III – Modelo de Declarações Conjuntas (Modelo de declaração de enquadramento como beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006; Modelo de declaração de conhecimento do edital e dos requisitos de habilitação; Modelo de declaração de reserva de cargos e de trabalho não degradante; Modelo de declaração de não parentesco; Modelo de declaração de que não emprega menor de idade;

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V - Cadastro Reserva.

Sinop/MT, 16 de maio de 2025.

Elizabete Cilião Guilherme
Secretária Municipal de Administração e Modernização

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50030
Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267
E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

SIGILO: () SIM (x) NÃO

PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL: (x) SIM () NÃO

1. ÁREA DEMANDANTE

Secretaria Demandante: Secretaria de Administração e Modernização

Secretária: Elizabeth Cilião Guilherme

Email (institucional): sinopcompras@gmail.com

Telefone (institucional): 066.3520.7299

2. OBJETO

2.1. Especificação do objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais contratações de empresa especializada em locação de tendas para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Estudo Técnico Preliminar.

2.1.2. O TCE/MT (Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) desenvolveu e mantém o Catálogo de Materiais e Serviços que é um banco de especificações de itens licitáveis de uso obrigatório para todos os órgãos sob a jurisdição do TCE/MT. Dessa forma, o município de Sinop utiliza desse catálogo eletrônico desde 2017.

A padronização de descrições de itens de compra estimula a ampla concorrência entre produtos equivalentes nas licitações públicas e possibilita o estabelecimento de banco de dados confiável para análises e estudos de preços praticados nas compras públicas realizadas no estado de Mato Grosso. O catálogo abrange desde alimentos, produtos de higiene, artigos de vestuário, produtos químicos, armamentos, maquinários, material de expediente, medicamentos e demais materiais ou serviços.

2.2. Descrição e quantidades:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO			UNID. MED.	QUANT.	MEDIANA	TOTAL
-------	------	-----------	--	--	---------------	--------	---------	-------



GRUPO 1 AMPLA CONCORRÊNCIA	1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	373132-4	402049	METRO LINEAR /DIA	2.095	R\$ 33,83	R\$ 70.873,85
	2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	.00013384	402050	UNIDADE	96	R\$ 2.775,00	R\$ 266.400,00
	3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	.00013384	402051	DIARIA	216	R\$ 2.294,40	R\$ 495.590,40
	4	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M.	363854-5	402052	UNIDADE	85	R\$ 476,28	R\$ 40.483,80
	5	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	363854-5	402054	DIARIA	282	R\$ 281,75	R\$ 79.453,50
	6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	370197-2	402055	UNIDADE	503	R\$ 1.809,88	R\$ 910.369,64
	7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	370197-2	402057	DIARIA	1.007	R\$1.001,56	R\$ 1.008.570,92
	8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	363852-9	402058	UNIDADE	538	R\$ 827,50	R\$ 445.195,00
	9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	363852-9	402059	DIÁRIA	1.400	R\$ 439,89	R\$ 615.846,00
	10	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERIODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 03X03 METROS	363854-5	402060	MÊS	45	R\$ 978,33	R\$ 44.024,85
	11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERIODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	.00013383	402063	MÊS	109	R\$ 1.644,53	R\$ 179.253,77
	12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERIODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	363852-9	402064	MÊS	93	R\$ 1.503,38	R\$ 139.814,34
VALOR TOTAL DO GRUPO								R\$ 4.295.876,07
GRUPO 2 AMPLA CONCORRÊNCIA	1	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	349292-3	402065	DIARIA	66	R\$ 1.740,81	R\$ 114.893,46
VALOR TOTAL DO GRUPO								R\$ 114.893,46
GRUPO 3 EXCLUSIVO PARA ME E EPP	1	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (3X3) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	330709-3	402066	DIARIA	30	R\$632,60	R\$ 18.978,00
VALOR TOTAL DO GRUPO								R\$ 18.978,00



GRUPO 4 EXCLUSIVO PARA ME E EPP	1	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	388837-1	402067	DIARIA	91	R\$719,60	R\$ 65.483,60
VALOR TOTAL DO GRUPO								R\$ 65.483,60
GRUPO 5 AMPLA CONCORR ÊNCIA	1	DIÁRIA POR M ² - TENDA MODELO GALPAO - PE DIREITO 4,00M - TENDA MODULAVEL, COM VAOS LIVRES E LONAS IMPERMEAVEIS, ANTICHAMA E BLACKOUT, COM ESTRUTURA EM PERFIL DE ALUMINIO MEDIDAS DE 20 METROS DE LARGURA, E ATÉ 60 METROS DE COMPRIMENTO, COM FECHAMENTO PARA FUNDO E LATERAL.	00072500	404536	M2	58.012	R\$ 51,00	R\$ 2.958.612,00
VALOR TOTAL DO GRUPO								R\$ 2.958.612,00
VALOR TOTAL								R\$ 7.453.843,13

2.3. Estimativa de consumo individualizada de cada um dos órgãos participantes:

Os quantitativos foram extraídos do levantamento das contratações realizadas no ano de 2024, foi centralizada toda a demanda das secretarias em uma única contratação e os quantitativos acima discriminados são para uma demanda de 12 (doze) meses.

A estimativa de quantidades está fundamentada na Lei 14.133/2021 e para tanto a fase preparatória do processo licitatório é exigido:

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Para complementar a forma de se chegar à quantidade estimada da contratação, segundo o Decreto Municipal 359/2023, pode-se chegar às quantidades estimadas com base no consumo anterior ou da provável utilização.

No caso em questão, que é Registro de Preços para futuras e eventuais **contratações de empresa especializada em locação de tendas para atender às necessidades das Secretarias Municipais** de Sinop-MT, a mesma se deu mediante documentos recebidos de cada secretaria com a intenção de participação no processo, via e-mail e com documentos físicos, protocolizados na Secretaria de Administração e Modernização e seus anexos de relatório de consumo médio dos últimos doze meses.

Secretaria de Finanças e Orçamento:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMO	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMO	QUANTIDADE TOTAL 12 MESE
1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	METRO LINEAR /DIA	1	30	30
2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	3	3
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	30	30
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	1	3	3
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	30	30
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	1	3	3
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	1	30	30
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	MÊS	1	1	1
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	1	1	1
13	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	30	30
15	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	30	30

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	10	10
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	1	20	20
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	1	12	24

Secretaria de Segurança e Trânsito:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	METRO LINEAR /DIA	12	50	50
2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	2	2
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	5	20	20
4	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M.	UNIDADE	5	12	12
5	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	7	24	24
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	1	2	2
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	2	2
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	1	2	2
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	1	4	4
10	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 03X03 METROS	MÊS	1	2	2
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	MÊS	1	2	2
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	1	2	2
13	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	2	2
14	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (3X3) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	2	2
15	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	2	2

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	2	2
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	3	6

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50035

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	5	10
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	1	5	10
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	1	5	10
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERIODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	MÊS	1	2	2
13	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	3	5
14	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (3X3) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	3	5
15	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	3	5

Secretaria de Educação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	METRO LINEAR /DIA	2	8	8
2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	3	3
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	3	3
4	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M.	UNIDADE	1	3	3
5	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	3	3
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	1	5	5
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	3	3
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	1	3	3
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	2	3	3
10	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERIODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 03X03 METROS	MÊS	1	3	3
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR	MÊS	1	3	3

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50036

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



	PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS				
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	1	3	3
13	LOCAÇÃO POR DIÁRIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METÁLICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIÁRIA)	DIÁRIA	1	3	3
14	LOCAÇÃO POR DIÁRIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (3X3) COM CALHAS, ESTRUTURA METÁLICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIÁRIA)	DIÁRIA	1	3	3
15	LOCAÇÃO POR DIÁRIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METÁLICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIÁRIA)	DIÁRIA	1	3	3

Secretaria de Assistência Social:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	METRO LINEAR /DIA	40	60	60
2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	38	42	42
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	37	41	41
4	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M.	UNIDADE	15	20	20
5	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	40	45	45
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	35	70	70
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	120	150	150
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	50	55	55
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	120	140	140
10	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 03X03 METROS	MÊS	8	10	10
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	MÊS	30	35	35
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	20	25	25

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50037

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



13	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	10	15	15
14	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (3X3) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	8	10	10
15	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	15	18	18
16	DIÁRIA POR M² - TENDA MODELO GALPAO - PE DIREITO 4,00M - TENDA MODULAVEL, COM VAOS LIVRES E LONAS IMPERMEAVEIS, ANTICHAMA E BLACKOUT, COM ESTRUTURA EM PERFIL DE ALUMINIO MEDIDAS DE 20 METROS DE LARGURA, E ATÉ 60 METROS DE COMPRIMENTO, COM FECHAMENTO PARA FUNDO E LATERAL.	M2	10	12	12

Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	METRO LINEAR /DIA	10	945	945
2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	3	3
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	21	21
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	1	12	12
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	84	84
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	1	30	30
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	1	210	210

Secretaria de Saúde:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	METRO LINEAR /DIA	3	5	2

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50038

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	2	1
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	3	5	2
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	9	15	6
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	12	20	8
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	12	20	8
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	MÊS	38	54	36
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	12	20	8
16	DIÁRIA POR M² - TENDA MODELO GALPAO - PE DIREITO 4,00M - TENDA MODULAVEL, COM VAOS LIVRES E LONAS IMPERMEAVEIS, ANTICHAMA E BLACKOUT, COM ESTRUTURA EM PERFIL DE ALUMINIO MEDIDAS DE 20 METROS DE LARGURA, E ATÉ 60 METROS DE COMPRIMENTO, COM FECHAMENTO PARA FUNDO E LATERAL.	M2	14.400	21.600	36.000

Secretaria de Governo e Planejamento Estratégico:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
5	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	10	10
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	5	5
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	1	7	7
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	1	3	3
10	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 03X03 METROS	MÊS	1	10	10
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	MÊS	1	10	10
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	1	10	10

Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
1	LOCAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA (DIÁRIA) - INSTALAÇÃO DE FECHAMENTO DE LONA POR METRO LINEAR COMBATÍVEL COM A TENDA. DE LONA BRANCA (ANTI CHAMA, ANTI MOFO E ANTI-UV) TIPO RÁFIA DE CONFORME TAMANHO DA TENDA, SISTEMA DE FIXAÇÃO DA LONA EM CALHA COM AMARRAÇÃO ATRAVÉS DE VELCRO.	METRO LINEAR /DIA	30	200	1.000

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50039

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	3	35
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	2	5	90
4	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M.	UNIDADE	1	5	50
5	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 3X3 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	6	200
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	2	6	400
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	5	20	700
8	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5M.	UNIDADE	2	10	400
9	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 5X5 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIÁRIA	2	20	1.000
10	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 03X03 METROS	MÊS	1	2	20
11	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANENCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 10X10 METROS	MÊS	1	2	20
12	LOCAÇÃO DE TENDAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA POR PERÍODO DE TRINTA DIAS DE TENDA SIMPLES TAMANHO 5X5 METROS	MÊS	1	2	20
13	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	2	10
14	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (3X3) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	2	10
15	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	2	30
16	DIÁRIA POR M² - TENDA MODELO GALPAO - PE DIREITO 4,00M - TENDA MODULAVEL, COM VAOS LIVRES E LONAS IMPERMEAVEIS, ANTICHAMA E BLACKOUT, COM ESTRUTURA EM PERFIL DE ALUMINIO MEDIDAS DE 20 METROS DE LARGURA, E ATÉ 60 METROS DE COMPRIMENTO, COM FECHAMENTO PARA FUNDO E LATERAL.	M2	1	22.000	22.000

Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POR SOLICITAÇÃO MÍNIMA	POR SOLICITAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL 12 MESES
2	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15M.	UNIDADE	1	3	5
3	LOCAÇÃO DE TENDA EM LONA TAMANHO 15X15 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	2	3
6	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10M.	UNIDADE	1	3	5
7	LOCAÇÃO DE TENDA SIMPLES EM LONA, TAMANHO 10X10 M. DIÁRIA DE PERMANENCIA.	DIARIA	1	4	5

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50040

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



13	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (10X10) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	1	1
15	LOCAÇÃO POR DIARIA DE TENDAS TIPO CHAPEU DE BRUXA (5X5) COM CALHAS, ESTRUTURA METALICA, COBERTO COM LONA, PROTEÇÃO UV, COR BRANCA INCLUSOS SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM (DIARIA)	DIARIA	1	2	3

2.4. Da Previsão no Plano Anual de Contratações:

As secretarias também levam em consideração o publicado no Plano de Contratações Anual — PCA, bem como previsão de iminente acréscimo nos serviços prestados à comunidade, mantendo os serviços prestados pela administração pública em níveis aceitáveis no próximo ano, considerando fatores de impacto tais como a significativa expansão da cidade e crescimento populacional, isto é, o aumentando das demandas dos serviços de forma geral.

Além disso, a previsão no PCA (Plano de Contratações Anual) tem conferência por parte da Secretaria de Administração e Modernização no início de cada processo, a fim de verificar discrepâncias nos valores por parte das secretarias, configurando uma amarração de dados de consumo e de previsão de gastos futuros.

3. JUSTIFICATIVA/NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justificativa da Contratação: A presente licitação tem por objeto **Registro de Preços para futuras contratações de empresa especializada em locação de tendas**, que se faz necessária para atender às necessidades das Secretarias Municipais bem como dos seus departamentos, visando ao melhor atendimento da população em geral, nos eventos e ações desenvolvidas. As tendas proporcionam um espaço versátil e adaptável para uma ampla gama de atividades, desde concertos e apresentações culturais até competições esportivas, feiras turísticas, aniversário do município, evento Festeja Sinop, feiras de sustentabilidade, exposições ambientais e *workshops* educativos, campanhas de vacinação, feiras de saúde, atividades educativas como demais ações.

As futuras contratações tiveram as quantidades estimadas pelas secretarias demandantes, considerando, principalmente o histórico de consumo bem como a provável utilização. Com efeito, tal levantamento de estimativas é de inteira responsabilidade de cada secretaria participante. As estimativas e necessidades das secretarias signatárias no processo foram justificadas e redigidas por cada uma.



3.2. Fundamentação da Contratação: Trata-se de Objeto no qual se chegou com base em Estudo Técnico Preliminar, que está em consonância com o disposto na Lei, pois tem a descrição da necessidade, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A futura contratação, que tem por objeto o Registro de Preços para futuras locações de tendas torna-se necessária e crucial para o efetivo andamento dos serviços, visto que dependendo das ações é impossível de se resolver de outra forma, haja vista o compromisso da Prefeitura em honrar com suas obrigações, oferecendo um serviço público de qualidade.

Este Termo de Referência, portanto tem por base, primeiramente a conclusão do ETP, para a busca da solução do problema instaurado: “os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida”.

Com base nos estudos preliminares, foi constatado que a contratação da solução é viável do ponto de vista técnico e fundamentadamente necessária. Assim, em conformidade com o exposto, declara-se a viabilidade da contratação proposta, a qual está devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual Sinop/MT.

Sendo assim, evidencia-se que o ETP considerou positiva a viabilidade da contratação em curso, com base no problema a ser resolvido.

O Estudo concluiu que é necessário que as contratações sejam realizadas, com o intuito de atender ao interesse público, de forma que as ações da Prefeitura Municipal de Sinop em geral, sobretudo nos eventos que necessitem de oferecer condições mínimas e adequadas para que tanto pessoas bem como bens materiais envolvidos no âmbito da Administração Pública Municipal sejam protegidos de sol, chuva, poeira e demais ações que sejam prejudiciais ao bom andamento da prestação do serviço público.

No ato da elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi observado o art. 85 do Decreto Municipal 359/2024. Vejamos:

Art. 85. Nas contratações de itens de consumo comuns, sistêmicos e geral a todos os órgãos da mesma Administração Pública ou que tenham sido objeto de planejamento anual, as Solicitações de Demanda/Documento de Formação de Demanda deverão partir de forma individualizada de cada uma das áreas demandantes para a Área Gestora, que ficará responsável por coordenar, padronizar e supervisionar o processo de contratação, assim como será a responsável para elaborar o Estudo Técnico Preliminar.

Parágrafo único. No âmbito do Poder Executivo Municipal, a Área Gestora será de responsabilidade da Diretoria Executiva de Administração.



Sendo assim, o ETP foi elaborado com base nos Documentos de Oficialização de Demanda e Solicitações de Demanda de cada secretaria, com complementações por suporte técnico das secretarias, mediante juntada de informações documentais e diálogos administrativamente estabelecidos.

As estimativas e necessidades das secretarias signatárias no processo foram justificadas e redigidas por cada secretaria, conforme segue:

Secretaria Municipal de Finanças:

Justificamos a participação da Secretaria de Finanças e Orçamento no certame de serviços de locação de tendas prevendo um aumento da demanda de atendimento ao público pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, durante as campanhas de IPTU e Refis. Para que não haja superlotação da recepção do prédio do CAC e vendo a **locação de tendas como alternativa para a ampliação da capacidade de atendimento ao público. Considerando que as tendas oferecem um ambiente protegido contra as condições climáticas adversas, como sol forte, chuva ou vento, proporcionando conforto e segurança aos contribuintes que buscam atendimento durante as campanhas de IPTU e REFIS. Ponderando que as tendas podem ser instaladas em locais estratégicos da cidade, facilitando o acesso dos contribuintes aos serviços relacionados ao imposto, como emissão de guias, esclarecimento de dúvidas e atualização de cadastros.**

Concluimos portanto, que o referido serviço **se justifica pela necessidade de ampliação da capacidade de atendimento ao público, pelo conforto e proteção aos contribuintes, pela promoção das campanhas, pela flexibilidade e adaptabilidade na realização dos eventos e pela economia de recursos públicos.**

Declaramos que foram feitas todas as análises de forma precisa e com afincos dos gastos em exercícios anteriores, para conclusão do referido quantitativo, considerando que não houve contratação dos serviços em 2023 e 2024 devido ausência de Campanhas de Refis e corte de gastos por Decreto Municipal, visando atender a demanda da Secretaria de Finanças e Orçamento por um período de 12 (doze) meses.

Secretaria Municipal de Obras:

A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos frequentemente recorre ao serviço de locação de tendas, especialmente ao término das obras, quando são realizadas as inaugurações. A presença de tendas nestes pequenos eventos ao ar livre é fundamental para proteger os participantes das condições climáticas imprevisíveis, tais como chuva, vento ou excesso de sol. A disponibilidade dessas estruturas proporciona abrigo, garantindo conforto e segurança a todos os presentes.

Além disso, é uma exigência da segurança do trabalho que cada frente de serviço disponha de uma tenda para abrigo dos servidores, permitindo-lhes conforto térmico durante as pausas



para o almoço e para se hidratarem. Essa medida visa garantir o bem-estar dos trabalhadores e atender aos padrões de segurança ocupacional. Deste modo, justificamos o quantitativo do item 402064, que servirá para tal finalidade.

Com base nessas considerações, reitero que a locação de tendas é essencial para o sucesso e a qualidade desses eventos, bem como para assegurar o conforto e a segurança dos participantes e dos trabalhadores envolvidos nas atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito:

Considerando a necessidade de proporcionar suporte adequado para a realização de eventos, atividades ao ar livre e ações de atendimento à comunidade promovidas pela Secretaria Municipal de segurança e trânsito, justificamos a abertura de licitação para a contratação de empresa especializada em locação de tendas. O objetivo é atender à demanda da Secretaria Municipal de segurança e trânsito em eventos públicos.

As tendas são essenciais para garantir que as atividades ao ar livre, como feiras, campanhas de conscientização, eventos culturais, atendimentos médicos e sociais, entre outras, possam ser realizadas com conforto, segurança e proteção contra intempéries, oferecendo aos cidadãos condições adequadas para participação e atendimento.

A locação das tendas, ao invés da aquisição, se apresenta como a solução mais eficiente e econômica, pois permite à Administração Municipal atender às diversas demandas de forma flexível e temporária, sem a necessidade de custos elevados com a compra e manutenção de equipamentos permanentes. Além disso, a locação garante a disponibilidade de tendas de diferentes tamanhos e modelos, adequando-se às especificidades de cada evento e atividade, atendendo às necessidades da SST.

A licitação visa selecionar a empresa que ofereça as melhores condições em termos de qualidade, preço e atendimento, respeitando os princípios da legalidade, isonomia e competitividade. A contratação de uma empresa especializada garante a excelência no serviço prestado e a segurança das estruturas utilizadas, atendendo a todas as normas e regulamentações aplicáveis.

Portanto, solicitamos a abertura do processo licitatório para a contratação de empresa especializada em locação de tendas, com o objetivo de garantir à Administração Municipal os meios necessários para a realização das atividades e eventos de forma eficiente e segura, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

A Secretaria de Meio Ambiente tem como missão promover a gestão ambiental sustentável, através de ações que visam a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, bem como o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e conscientização da população. Para o cumprimento



de suas atividades, a secretaria realiza eventos, palestras, oficinas, feiras e outras ações que demandam a utilização de estruturas adequadas, como tendas, para abrigar o público e os materiais necessários.

A demanda por tendas para eventos é constante e variável, dependendo do tipo de evento, do número de participantes e da época do ano. A locação de tendas se mostra mais vantajosa do que a aquisição, pois permite:

A Secretaria pode escolher o tamanho, modelo e quantidade de tendas adequados para cada evento, evitando ociosidade de material e otimizando o uso dos recursos públicos.

A locação dispensa a necessidade de investimento em compra, armazenamento, manutenção e transporte de tendas, reduzindo os custos para a secretaria.

A empresa contratada será responsável pela montagem, desmontagem e transporte das tendas, permitindo que a secretaria se concentre na organização e execução dos eventos. A empresa especializada em locação de tendas possui equipamentos de qualidade e equipe treinada para garantir a segurança e o conforto dos participantes dos eventos.

A presente licitação tem como objetivo selecionar a empresa mais qualificada para a prestação de serviços de locação de tendas para a secretaria, garantindo a qualidade, segurança e eficiência na realização de seus eventos.

A contratação de empresa especializada em locação de tendas é essencial para o cumprimento das atividades da Secretaria de Meio Ambiente, permitindo a realização de eventos de qualidade, com segurança e conforto para o público, e otimizando o uso dos recursos públicos.

Declaramos que foram feitas todas as análises de forma precisa e com afinco para se chegar ao quantitativo em referência, para atender a demanda da Secretaria de Meio Ambiente, por um período de 12 meses.

Secretaria Municipal de Educação:



Secretaria Municipal de Educação justifica a necessidade deste processo visando à locação de tendas para proporcionar um espaço coberto e protegido durante eventos educacionais organizados pela Secretaria Municipal de Educação. Em períodos específicos do ano, como datas comemorativas ou em eventos com grande concentração de público, a demanda por espaços cobertos aumenta consideravelmente, o que justifica a quantidade de tendas solicitada. A locação oferece à Secretaria flexibilidade para atender a essas demandas pontuais, sem a necessidade de investir permanentemente em infraestrutura.

A Secretaria realiza diversos tipos de eventos, como atividades educacionais, recreativas, comunitárias e apresentações ao ar livre, incluindo celebrações de grande porte, como o aniversário da cidade. Em tais ocasiões, é essencial garantir a proteção dos participantes contra intempéries como sol excessivo, chuva e vento, fatores que podem comprometer a saúde e o bem-estar da população. Portanto, o uso de tendas é fundamental para assegurar a integridade física dos envolvidos e o conforto durante os eventos.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada na locação de tendas é indispensável para atender às necessidades logísticas da Secretaria Municipal de Educação, assegurando a realização bem-sucedida dos eventos planejados pela Gestão e garantindo a segurança e o bem-estar da comunidade.

Secretaria Municipal de Assistência Social:

A Locação de Tendas faz-se necessária para atender as ações realizadas pela Secretaria de Assistência Social, no Serviço da Proteção Social Básica (serviços de convivência e fortalecimento de vínculo de crianças e adolescentes, mulheres, idosos e famílias) e Proteção Social Especial (médica e alta complexidade nos serviços de acolhimento e abordagem social, medidas socioeducativas), nas ações desenvolvidas pelo Cadastro Único (nas reuniões e mutirões realizados com os usuários do Bolsa Família) e em outras ações a serem desenvolvidas por outros departamentos da Secretaria.

A Casa dos Conselhos é um setor vinculado ao gabinete da Secretaria de Assistência Social, que dá suporte aos Conselhos vinculados à essa secretaria. Sendo assim, fica a cargo da Casa dos Conselhos a organização e execução de atividades inerentes a esses Conselhos. Tendo como projeção a realização de algumas ações para o decorrer deste ano, tendo a necessidade da locação das tendas.

O CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), através das oficinas e trabalhos em grupos, atualmente estão sendo atendidos: Grupos de Mulheres, Idosos, Crianças e Adolescentes. Tal contratação se justifica pelo fato de que a Proteção Social Básica realiza anualmente várias reuniões, sendo Reunião Ampliada, Conferência, Campanhas; Acompanhamento de todas as famílias. Por tanto necessita proporcionar locais adequados e seguros para a realização dos eventos deste Município. O atendimento de qualidade para as famílias atendidas é de extrema importância.

Para tanto, faz-se necessária a locação de tenda como suporte à equipe de trabalho, bem como para acomodar a população a

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50046

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



ser atendida, que na maioria das vezes ultrapassa o quantitativo de 300 pessoas em cada atividade.

Com isso, as tendas tornam-se indispensável para um atendimento de qualidade e bem estar para a comunidade. Destacamos também, a necessidade de mais tendas para eventos que serão realizados pela Secretaria de Assistência Social, em uma nova unidade de serviços da Proteção Social Básica, para atender SCFV(Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Sendo assim, Todos os fatores elencados acima, justifica a essencial necessidade do locação de tenda para Proteção Social Básica, setor primordial da Secretaria de Assistência Social.

Vale salientar que nesse quantitativo também estão incluídas tendas para a realização de eventos realizados junto aos CRAS e CREAS, atividades vinculadas ao aniversário da cidade para atender as entidades durante a Festa das Entidades, atividades do dias das Crianças, Natal entre outras datas comemorativas.

Logo a contratação do serviço é essencial devido a necessidade de garantir infraestrutura adequada, flexibilidade operacional e otimização de recursos públicos sendo vantajoso ao erário a locação de tendas em vez da compra por diversos fatores, incluindo economia, flexibilidade e eficiência operacional, pois a compra de tendas exige um alto investimento inicial, enquanto a locação permite o pagamento conforme a necessidade de uso, não tendo gastos com manutenção, conserto ou substituição de peças danificadas, já que a empresa locadora se responsabiliza por isso, outro fator indispensável, é a armazenagem e logística, sendo que as tendas ocupam espaço significativo quando não estão em uso, exigindo locais adequados para armazenamento.

A locação elimina a necessidade de manter um estoque e facilita a logística de montagem e desmontagem, já que esses serviços são geralmente oferecidos pela empresa contratada., dando a flexibilidade e adaptação às demandas que permite ajustar a quantidade e o tipo de tendas conforme a necessidade de cada evento ou atividade, sem ficar limitada a um número fixo de estruturas, bem como diferentes modelos e tamanhos podem ser locados conforme a especificidade da ação, garantindo maior eficiência.

Diante da necessidade de proporcionar infraestrutura adequada para essas atividades, a locação de tendas se faz essencial para garantir conforto e segurança tanto para servidores quanto para a comunidade atendida.

Diante do exposto, justifica-se a aquisição do quantitativo.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

A contratação do serviço de locação de tendas pela Secretaria de

Desenvolvimento Econômico é fundamental para garantir a realização de eventos e atividades que promovem o desenvolvimento local, como feiras, exposições, capacitações e encontros empresariais. Esses eventos, que visam estimular a economia e o empreendedorismo na região, demandam uma infraestrutura adequada para proteger os participantes, expositores e equipamentos das condições climáticas adversas.

A locação de tendas oferece a flexibilidade necessária para adaptar o espaço conforme a necessidade de cada evento, sem o compromisso de um investimento permanente em estrutura, o que representa uma solução econômica e prática.

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50047

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



Além disso, a locação de tendas proporciona uma série de benefícios operacionais, como a agilidade no processo de montagem e desmontagem, o que permite maior rapidez na execução das atividades e minimiza os custos logísticos. A opção de locação também garante a manutenção e a qualidade do material utilizado, evitando problemas com desgaste ou deterioração. Com isso, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico pode contar com uma infraestrutura de qualidade, adequada às especificidades de cada evento, sem comprometer o orçamento e assegurando o sucesso das iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico local.

Secretaria Municipal de Saúde:

A Secretaria Municipal de Saúde de Sinop/MT necessita de locação de tendas para atender as diversas demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Sinop/MT, proporcionando suporte adequado à realização de ações, programas e campanhas de saúde pública, como vacinação, mutirões de atendimento, feiras de saúde e outros eventos que exigem cobertura temporária para proteção contra intempéries.

CONSIDERANDO a locação de tendas visa garantir infraestrutura adequada para a realização de eventos, campanhas de saúde, atendimentos emergenciais e demais ações promovidas pela Secretaria, assegurando conforto e proteção para a população e profissionais envolvidos.

CONSIDERANDO que outro fator relevante é a garantia de segurança e conformidade técnica das tendas locadas, uma vez que empresas especializadas devem fornecer estruturas adequadas, resistentes e em conformidade com as normas vigentes, minimizando riscos para a população e servidores envolvidos nas atividades.

DO QUANTITATIVO a demanda poderá variar conforme a programação da Secretaria, sendo necessário ajustes na quantidade locada, garantindo flexibilidade para atender às necessidades específicas de cada ação.

JUSTIFICA-SE pela imprevisibilidade e sazonalidade das atividades desenvolvidas, tornando inviável a aquisição e manutenção de tendas próprias, uma vez que isso acarretaria custos adicionais com armazenamento, conservação e logística. Além disso, a locação possibilita a adaptação da estrutura conforme a demanda específica de cada evento, garantindo maior flexibilidade e economicidade na utilização dos recursos públicos.

PROJEÇÃO DE CONSUMO Diante do exposto, foi elaborada uma estimativa de quantidades, de caráter exemplificativo, que visa justificar os possíveis aumentos e reduções de itens de acordo com o consumo do ano anterior.

Para cada item, foi calculada a variação percentual da seguinte forma:



()

$$\text{Variação(+/-)} = \frac{\text{Quantidade Atual} - \text{Quantidade Consumido 2024}}{\text{Quantidade Consumida em 2024}} \times X$$

Com base nos itens quantificados, foi projetada a quantidade de itens que será utilizada para projeção de consumo. Foi possível fazer essas estimativas com base no consumo histórico utilizado no ano de 2024 do **Pregão Eletrônico nº 19/2024 Ata 112/2024**.

A projeção de consumo da locação de tendas e estruturas temporárias para a Secretaria Municipal de Saúde, foi elaborada com base no histórico de utilização registrado no ano de 2024, considerando as necessidades operacionais para a realização de campanhas de saúde, mutirões de atendimento e eventos emergenciais.

Para a locação de tendas simples de 10x10 metros, estimada em 20 unidades, justifica-se pelo uso intensivo desse modelo em eventos de médio porte organizados pela Secretaria Municipal de Saúde. Essas tendas são amplamente utilizadas em campanhas de vacinação, feiras de saúde, mutirões de atendimento e demais ações que exigem uma estrutura coberta para acomodação de profissionais e usuários. Além disso, a necessidade de ampliação da cobertura em áreas externas, especialmente em períodos de alta demanda, torna essencial a previsão de um quantitativo maior, garantindo suporte adequado às operações da Secretaria.

Já para a locação de tendas de 5x5 metros com permanência de 30 dias, a projeção foi mantida em 20 unidades para atender à crescente necessidade de instalações temporárias de longa duração. Esse aumento justifica-se pela ampliação das ações descentralizadas da secretaria, como postos avançados de atendimento, campanhas prolongadas e suporte a unidades de saúde em situações emergenciais. A utilização contínua dessas estruturas permite a otimização dos serviços prestados, evitando deslocamentos frequentes e garantindo um ambiente protegido para o desenvolvimento das atividades. Além disso, a permanência dessas tendas por períodos estendidos contribui para maior estabilidade nas operações, reduzindo a necessidade de montagens e desmontagens frequentes, o que gera mais eficiência e economia na execução das atividades planejadas.

Por fim, para a locação de tendas do tipo galpão modular, a metragem foi determinada considerando a necessidade de instalação de estruturas de grande porte para suporte a



eventos prolongados e campanhas sazonais de saúde pública, como vacinação em larga escala, atendimentos emergenciais e ações preventivas em períodos críticos. O modelo galpão permite uma cobertura ampla e segura, oferecendo espaço adequado para acomodação de equipes de saúde, equipamentos, triagem de pacientes e fluxos organizados de atendimento, principalmente em situações de alta demanda.

Além disso, a flexibilidade da estrutura modular possibilita sua adaptação conforme a necessidade específica de cada ação, permitindo o ajuste da área coberta para otimizar a utilização dos recursos. A projeção de consumo foi calculada da seguinte forma:

Como a tenda modelo galpão possui 20 metros de largura e pode ter até 60 metros de comprimento, sua área diária calculamos da seguinte forma:

$$\text{Área Diária Máxima} = 20\text{m} \times 60\text{m} = 1.200 \text{ m}^2$$

Agora, multiplicamos pela quantidade de dias (30 dias):

$$1.200 \text{ m}^2 \times 30 \text{ dias} = 36.000 \text{ m}^2$$

Se forem usados uma quantidade máxima de 21.600m² ao longo de 30 dias, significa que a ocupação média diária será de:

$$21.600 \text{ m}^2 / 30 \text{ dias} = 720 \text{ m}^2 / \text{dia}$$

Se forem usados uma quantidade mínima de 14.400m² ao longo de 30 dias, significa que a ocupação média diária será de:

$$14.400 \text{ m}^2 / 30 \text{ dias} = 480 \text{ m}^2 / \text{dia}$$

Esses valores indicam que a metragem utilizada pode variar conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser ajustada conforme o tamanho da operação e o espaço disponível para a instalação da tenda modelo galpão.

A definição desse quantitativo visa garantir a disponibilidade dos itens conforme a necessidade da Secretaria, assegurando flexibilidade para ajustes conforme o planejamento e a demanda real ao longo do período.

Certo de que possamos contar com vossa atenção, reiteramos votos de estima e consideração.

Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos:

Atendendo ao encaminhamento via e-mail da Secretaria de Administração para a realização de processo licitatório referente a contratação de empresa especializada em locação de tendas para atender as necessidades das Secretarias Municipais, por um período de 12 (doze) Meses.

A Secretaria Municipal de Governo e Planejamento Estratégico apresenta a necessidade de contratação de empresa especializada em locação de tendas para



atender às demandas das Secretarias Municipais, garantindo infraestrutura adequada para a realização de eventos institucionais, ações sociais, campanhas públicas, reuniões, capacitações e demais atividades promovidas pelo Município.

A locação de tendas é fundamental para viabilizar essas ações, proporcionando proteção contra intempéries, conforto e segurança para servidores e munícipes. Além disso, permite a organização eficiente dos espaços e a realização de atividades em locais sem estrutura fixa adequada, otimizando a logística e garantindo melhor atendimento à população.

A opção pela locação, em vez da aquisição, apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, eliminando custos com manutenção, armazenamento e logística de transporte, além de garantir maior flexibilidade para atender demandas de diferentes portes e complexidades.

A contratação seguirá as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assegurando a economicidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos. O planejamento da demanda foi realizado de forma criteriosa, considerando as necessidades das Secretarias ao longo do exercício vigente.

Dessa forma, a locação de tendas justifica-se como medida essencial para garantir a continuidade e eficiência das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal, promovendo a adequada infraestrutura para execução dos serviços públicos e assegurando a qualidade no atendimento à população.

Por fim, a contratação será realizada conforme os preceitos da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios de economicidade, eficiência e transparência, otimizando os recursos públicos para atender de forma plena às demandas da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento Estratégico. A contratação de empresa especializada na Locação de Tendas são, portanto, essenciais para a preservação e continuidade das atividades nas instalações da Secretaria.

Considerando que o quantitativo solicitado foi estimado com base nas demandas existentes conforme estruturação da unidade administrativa e também o quantitativo solicitado para a locação de tendas foi meticulosamente avaliado com base no Relatório de Gastos nas Atas de Registro de Preços dos últimos 12 (doze) meses.

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo:

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo (SMCET), instituída pela Lei nº 3.321/2024, tem como missão fomentar e

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50051

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



apoiar iniciativas que promovam o acesso da população a atividades esportivas, culturais e turísticas. A pasta é responsável por gerenciar importantes equipamentos públicos, como o Centro de Eventos Dante de Oliveira, a Escola de Artes, a Biblioteca

Municipal "Professora Regina Helena Bongiovani Moscatto", a Biblioteca Container, o Ginásios e Estádio, e além dos demais espaços de uso comunitário, promovendo eventos e atividades que atendem diferentes públicos e faixas etárias.

Para viabilizar essas ações, faz-se necessária a contratação de empresa especializada no fornecimento e locação de tendas, garantindo infraestrutura adequada para eventos culturais, competições esportivas, feiras literárias, festivais turísticos e demais iniciativas promovidas pela SMCET. A locação dessas estruturas assegura proteção contra intempéries climáticas, conforto aos participantes e melhor organização dos espaços, permitindo a realização de atividades ao ar livre com segurança e eficiência.

Além das atividades regulares, as tendas são fundamentais para a realização de eventos de grande porte, como festividades de fim de ano, comemorações do aniversário da cidade e eventos promovidos por vereadores. Ressalta-se que a Secretaria atende a uma demanda significativa de emendas parlamentares, que, embora não impactem diretamente o orçamento da pasta, porém altera de forma significativa o nosso quantitativo. Muitas dessas ações são viabilizadas por meio de recursos livres e convênios com organizações, como UMADECER, CTN e CUFA, que realizam

diversos eventos e necessitam de infraestrutura adequada para sua execução.

Considerando que este é o primeiro ano de atuação da secretaria, criada em maio de 2024, destaca-se a realização de eventos de grande importância para a cultura e o turismo local. Entre eles,

os eventos de fim de ano, como Natal e Ano Novo, que incluem diversas apresentações regionais, shows nacionais, praça de alimentação, exposições de arte e artesanato, além de uma estrutura montada por um período de 20 dias. Outro evento de grande relevância é o aniversário da cidade, amplamente reconhecido no cenário cultural e turístico, marcado por grandes festividades, incluindo o Festival de Praia, que atrai visitantes de todo o estado e até de outras regiões. As comemorações se estendem por vários dias, reunindo milhares de pessoas, sendo realizadas em locais emblemáticos, como o Estádio Gigante do Norte.

A presente contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos, assegurando transparência, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos. Além disso, segue as diretrizes do Decreto nº 359/2023, que regulamenta os procedimentos para contratação de bens e serviços pela administração pública municipal, garantindo que o processo seja realizado de forma legal e criteriosa.

Dessa forma, a locação de tendas por meio de empresa especializada é essencial para garantir a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, possibilitando a ampliação do acesso da comunidade a eventos esportivos,

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50052

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



culturais e turísticos com a infraestrutura adequada para seu pleno desenvolvimento.

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação

A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, tem como responsabilidade a organização e fiscalização de atividades relacionadas ao desenvolvimento urbano, incluindo a realização de ações em espaços públicos, eventos institucionais e atendimento à população em áreas externas.

Diante da necessidade de proporcionar infraestrutura adequada para essas atividades, a locação de tendas se faz essencial para garantir conforto e segurança tanto para servidores quanto para a comunidade atendida. As tendas serão utilizadas em diversas ocasiões, tais como: Audiências públicas e consultas comunitárias sobre projetos urbanos; Ações itinerantes para prestação de serviços à população; entre outros

Além disso, a locação se apresenta como uma solução economicamente viável, evitando custos de aquisição, manutenção e armazenamento de estruturas próprias. Assim, a contratação do serviço de locação de tendas se justifica pela necessidade de garantir infraestrutura adequada, flexibilidade operacional e otimização de recursos públicos.

A vantajosidade da locação de tendas em vez da compra pode ser justificada por diversos fatores, incluindo economia, flexibilidade e eficiência operacional.

A compra de tendas exige um alto investimento inicial, enquanto a locação permite o pagamento conforme a necessidade de uso. Diante disso, não há gastos com manutenção, consertos ou substituição de peças danificadas, já que a empresa locadora se responsabiliza por isso.

Outro fator, é a armazenagem e logística, sendo que as tendas ocupam espaço significativo quando não estão em uso, exigindo locais adequados para armazenagem.

A locação elimina a necessidade de manter um estoque e facilita a logística de montagem e desmontagem, já que esses serviços são geralmente oferecidos pela empresa contratada.

A flexibilidade e adaptação às demandas permite ajustar a quantidade e o tipo de tendas conforme a necessidade de cada evento ou atividade, sem ficar limitada a um número fixo de estruturas, bem como diferentes modelos e tamanhos podem ser locados conforme a especificidade da ação, garantindo maior eficiência.

Há a otimização de Recursos Públicos, sendo que se tratando de processo de locação os recursos públicos podem ser utilizados de maneira mais estratégica, evitando imobilização de capital em bens de uso esporádico.

A contratação por demanda evita desperdícios e possibilita o planejamento de custos conforme o orçamento disponível.

O processo de locação geralmente é rápida e a montagem e desmontagem são feitas por profissionais especializados, garantindo segurança e eficiência.

Dessa forma, a locação de tendas se apresenta como uma solução econômica, prática e eficiente, garantindo que a Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação possa atender às suas demandas de infraestrutura temporária sem comprometer seu orçamento com custos fixos desnecessários.



Diante do exposto, justifica-se a Contratação de Empresa Especializada em Locação de Tendões para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.

Para tanto, levando em consideração que é primordial avaliar o quantitativo consumido junto ao *Relatório de Gastos nas Atas de Registro de Preços* da secretaria nos últimos 12 (doze) meses, declaramos o quantitativo apresentado no período anterior por essa secretaria.

3.2.1. Justificativa de não adoção de matriz de risco: A matriz de risco definida no inciso XXVII do art. 6º da **Lei 14.133/2021** e necessária nos contratos administrativos, quando for o caso, de acordo com o art. 92, inciso IX da mesma lei, não será adotada neste processo, levando em consideração que em determinadas contratações, notadamente comuns e simples, tais como o processo em questão não é empregada. A matriz de risco é obrigatória, sobretudo em obras e serviços e fornecimentos de grande vulto, cujo valor estimado seja superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões) de reais, vejamos:

Art. 22, § 3º Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

Art. 6º, Inciso XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Sendo assim, vê-se que não é o caso da contratação em trâmite, de forma que o referido documento não constará neste processo.

3.2.2. Gerenciamento/ Mapa de Risco:

3.2.3. Justificativa da não confecção de mapa/gerenciamento de risco: A ausência do mapa/gerenciamento de riscos, conforme previsto no Decreto Municipal, justifica-se pelo fato de ser um processo de baixa complexidade e tratar-se de contratação de empresa fornecedora de objeto que é normalmente utilizado pela Administração Pública. As hipóteses de dispensa do gerenciamento de risco, conforme disposto no Decreto Municipal 359/2023 dispõe no art. 521, § 2º:

O gerenciamento dos riscos poderá ser dispensado nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor, baixa complexidade e contratações de fornecimento e serviços normalmente utilizados pela Administração Pública com potencial de risco raro ou pouco provável ou de escala muito baixa ou baixa.



Portanto, o mapa de riscos acima citado não constará neste processo, devido não ser o caso, conforme documento em anexo.

3.2.4. Justificativa da licitação por Grupos: A referida licitação deverá ser realizada por grupos em razão da eficiência da prestação de serviço no agrupamento. Na licitação por grupo, a contratada obriga-se a fornecer itens compatíveis em sua maioria, sendo essenciais um ao outro, portanto, não havendo a possibilidade de serem subdivididos entre mais de uma empresa.

Com efeito, no caso concreto, os serviços de locação de tendas possuem diárias de permanência e locação de fechamento lateral, sendo estes serviços intrínsecos um ao outro, portanto, não havendo a possibilidade de os serviços serem divididos entre mais de uma empresa.

3.2.5. Justificativa da adoção do Registro de Preços: Para as futuras contratações será adotado o Sistema de Registro de Preços, previsto na Lei 14.133/2021 como Procedimento Auxiliar no artigo 78, sendo pertinente a adoção do mesmo, sobretudo pelo fato de que pelas características da contratação em comento, haver a necessidade de contratações frequentes, conforme necessidade, para atender a mais de um órgão e também pela impossibilidade de prever com exatidão a quantidade a ser demandada.

A contratação em tela se refere à necessidade de locações de tendas, e ao adotar o Sistema de Registro de Preços, confirma-se ainda, que é conveniente a locação com previsão de ser de forma parcelada, conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Conforme o Decreto Municipal 359/2023, no Art. 460, § 1º, o Sistema de Registro de Preços poderá ser usado e será pertinente nas seguintes situações:

- I – Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, caso em que poderá ser adotado o sistema de registro de preços permanente como forma de aproveitamento da fase de planejamento da contratação;
- II – Quando for mais conveniente a aquisição de bens com entrega parcelada ou contratação eventual de serviços remunerados por unidade de medida;
- III – Quando for conveniente a aquisição ou a locação de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, por meio de contratação compartilhada;
- IV – Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração

Nesse sentido, corrobora-se que, além de viável e pertinente a opção por Registro de Preços por meio de Pregão Eletrônico, a referida licitação, que tem por objeto “futuras e eventuais contratações de empresa especializada em locação de tendas para atender



às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Sinop/MT” se enquadra como tal, conforme o §1º do Art. 460 do Decreto Municipal 359/2023.

Com efeito, diante da natureza devidamente caracterizada pelos itens constantes do objeto ora pretendido neste processo, pois são itens os quais traduzem materiais de uso comum e comercialização padronizada, corrobora-se que o tipo Pregão conduzido e licitado por menor preço por grupo será cabível e pertinente.

3.2.6. Da justificativa da assinatura do termo de referência por uma só pessoa:

Das assinaturas no Termo de Referência:

O Termo de Referência foi assinado por uma única pessoa e não por uma equipe, conforme requisitado pelo art. 142 do Decreto Municipal 359/2024.

É fundamental observar o regramento completo disposto no Decreto Municipal nº 359/2023. Vejamos.

Art. 142. O Termo de Referência/Projeto Básico será elaborado por uma equipe de planejamento de contratação, designada por portaria, que reúna as competências necessárias sobre aspectos técnicos e de uso comum do objeto, licitações e contratos, dentre outros, e **seguirá as informações já determinadas pela área demandante e/ou gestora na Solicitação da Demanda/Documento de Formação de Demanda e Estudo Técnico Preliminar, bem como a Pesquisa de Preços realizada em etapas anteriores**, a fim de orientar a equipe de licitação para a elaboração do Edital e a condução do certame.

§ 1º. Considerando a complexidade e infinidade de objetos a serem contratados que não são conhecidos com profundidade pelos responsáveis designados pela elaboração do Termo de Referência, estes deverão ser auxiliados pela área demandante, através da sua área requisitante ou área técnica, de acordo com o objeto, ou pela área gestora **quando se tratar de licitação para todas as unidades da mesma Administração Pública Municipal.**

O processo em tela é rotineiro para a Administração Pública Municipal, sendo realizado ao longo dos anos e contando com a participação e análise de todas as Secretarias Municipais desde a provocação de abertura do processo de levantamento. Chamamos a atenção para o fato de que os servidores lotados nas secretarias municipais, ao atuarem próximos dos fiscais de atas e contratos, têm a oportunidade de observar problemas durante a execução e podem solicitar auxílio técnico para melhor especificação dos itens ou demais necessidades no momento da elaboração de uma nova demanda, seja no Planejamento de Contratações Anual (PCA) ou nos documentos iniciais do processo.



Embora o art. 142 determine que o Termo de Referência seja elaborado por uma equipe de planejamento de contratação, esse dispositivo deve ser considerado em conjunto com o art. 85 e 103, que estabelecem regras específicas para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar para as contratações de itens de consumo comuns, sistêmicos e de uso geral para todos os órgãos da Administração Pública. Vejamos:

Art. 85. Nas contratações de itens de consumo comuns, sistêmicos e de uso geral a todos os órgãos da mesma Administração Pública ou que tenham sido objeto de planejamento anual, as Solicitações de Demanda/Documento de Formação de Demanda deverão partir de forma individualizada de cada uma das áreas demandantes para a Área Gestora, que ficará responsável por coordenar, padronizar e supervisionar o processo de contratação, assim como será responsável por elaborar o Estudo Técnico Preliminar.

Parágrafo único. No âmbito do Poder Executivo Municipal, a Área Gestora será de responsabilidade da Diretoria Executiva de Administração.

Art. 103. Após a realização da Solicitação da Demanda/Documento e Formação de Demanda e do Estudo Técnico Preliminar, a Área Demandante deverá realizar a pesquisa de preços que, após finalizada, será anexada, em documento apartado, ao Estudo Técnico Preliminar, dando sequência à elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo único. Nos casos em que se tratar de contratações de itens de consumo comuns, sistêmicos e de uso geral a todos os órgãos da mesma Administração Pública ou que tenham sido objeto de planejamento anual, após a realização da Solicitação da Demanda/Documento e Formação de Demanda, caberá à Área Gestora a realização do Estudo Técnico Preliminar e a realização da Pesquisa de Preços, que, após finalizada, será anexada, em documento apartado, ao Estudo Técnico Preliminar, dando sequência à elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.

Dito isso, é importante observarmos a definição de Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme o art. 2º, inciso IX:

"Documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, demonstrando a real necessidade que justifica a contratação ou aquisição, analisando a viabilidade técnica de implementá-la, bem como construindo toda a estrutura básica para a elaboração do Anteprojeto, do Termo de Referência ou do Projeto Básico."

Nessa toada, é necessário analisar a definição de Termo de Referência (TR), conforme o art. 2º, inciso XVIII:



“Instrumento de planejamento, pertencente à fase preparatória do processo licitatório, elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares, com elementos necessários e suficientes capazes de caracterizar com precisão e informar a terceiros a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.”

Seguindo a análise do regramento, chamamos a atenção para os critérios de pesquisa de preços, especialmente o previsto no art. 133:

Art. 133. No âmbito do Poder Executivo Municipal, a pesquisa de preços será realizada pela Área Demandante, posterior à Solicitação da Demanda/Documento e Formação de Demanda e Estudo Técnico Preliminar.

Parágrafo único. Nos casos em que se tratar de contratações de itens de consumo comuns, sistêmicos e de uso geral a todos os órgãos da mesma Administração Pública ou que tenham sido objeto de Planejamento Anual, a Pesquisa de Preços ficará sob a responsabilidade da Diretoria Executiva de Administração, designada como Área Gestora da Administração Pública.

Dessa forma, observa-se que o Departamento de Pré-Licitação, responsável pela elaboração do Termo de Referência, está lotado na Diretoria Executiva de Administração, que é a responsável por coordenar, padronizar e supervisionar o processo, além de elaborar o Estudo Técnico Preliminar em conjunto com todas as áreas demandantes. O Departamento de Pré-Licitação também procedeu com a pesquisa de preços.

Portanto, a elaboração do Termo de Referência, utilizando como base as informações elencadas pelos técnicos lotados nas secretarias municipais descritas nos estudos técnicos preliminares e assinado o TR por um único responsável que compõem a equipe de planejamento conforme Portaria nº 463/2024, está de acordo com a legislação vigente e o regramento aplicável a esse tipo de contratação, não havendo necessidade de formação de uma equipe específica.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL)

4.1. A solução consiste em fazer com que o poder público mantenha seus compromissos, oferecendo um serviço social público de qualidade à população de forma que os planos da administração, sobretudo no que tange ao atendimento da população não sejam frustrados.



4.2. Além disso, a solução apresenta outras vantagens, pois atenderia diretamente às demandas propostas pelas Secretarias Municipais tendo em vista não ser possível prever com exatidão o quantitativo demandado pela Administração, pois será realizado um Registro de Preços. Isso porque a solução técnica escolhida é a de licitar através de Pregão Eletrônico para formação de Ata de Registro de Preços/contrato alinhada com as necessidades da Administração Pública, pois atenderia as demandas estimadas das Secretarias.

5. REQUISITOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

As tendas deverão ser locadas conforme demanda de cada secretaria, transportadas e instaladas completamente por conta da contratada bem como serão desinstaladas também com todos os custos por conta da contratada.

5.1. Natureza do Objeto: O objeto a ser contratado se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, conforme definição do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

5.1.1. Para as futuras contratações será adotado o Sistema de Registro de Preços, previsto na lei 14.133/2021 como procedimento auxiliar no artigo 78, em consonância com o artigo 460 do Decreto municipal, sendo pertinente a adoção do mesmo, sobretudo pelo fato de que pelas características do bem em comento, haver a necessidade de contratações frequentes para atender a mais de um órgão e também pela impossibilidade de prever com exatidão a quantidade a ser demandada.

5.1.2. Prazo de Entrega/Execução: A(s) empresa(s) deverá(ão) prestar os serviços de locação, instalando as tendas solicitadas em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da NAD (Nota de Autorização da Despesa) pela empresa do certame licitatório, estando sujeitos à conferência e aceita pelo servidor responsável;

5.1.3. Entrega em outro endereço: Caso seja solicitada a entrega pelas Secretarias em outro endereço, deverá a empresa efetuar a entrega das tendas no endereço indicado, dentro do perímetro urbano.

5.2. Garantia Contratual: Não será exigido garantia contratual, todavia é importante ressaltar que o descumprimento ou atraso nas exigências estabelecidas no edital acarretará sanções administrativas. Essas medidas punitivas estão claramente delineadas no regulamento municipal, Decreto 360/2023 e na Lei de Licitação

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50059

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



14.133/2021. Portanto, é imperativo observar com rigor todas as condições do edital para evitar possíveis penalidades, conforme previsto na legislação aplicável.

5.3. Duração do Contrato: Conforme Art. 84 da lei 14.133/2021, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01(um) ano a contar da data de sua assinatura e podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

Com efeito, a duração da ata das contratações ora pleiteadas será de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme a lei.

5.4. Cota exclusiva /Parcelamento para ME e EPP:

Considerando que há grupos com valor total estimado acima de R\$ 80.000,00 e itens de valor estimado abaixo de R\$ 80.000,00, a licitação será para a participação de micro empresas, empresas de pequeno porte e demais empresas.

5.5 Contratação Anterior para o objeto da demanda:

Houve contratação anterior.

Justificar novo pedido: Impossibilidade de renovação, conforme vencimento das Atas Nº 112 e 113/2024, oriundas do Pregão Eletrônico 19/2024 - Contratação de empresa especializada em locação de tendas para atender às necessidades das Secretarias Municipais.

Não houve contratação anterior.

5.6 Legislação Específica sobre o objeto de contratação:

Não

Sim

5.7 Necessidade de Consolidação para toda a estrutura:

Aquisição consolidada para toda estrutura

Aquisição exclusiva da unidade administrativa demandante

5.8 Viabilidade da adoção da modalidade na forma eletrônica:

Sim

Não



Justificar: Considerando que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) determina objetivamente e com clareza que as licitações devem transcorrer de forma eletrônica, de preferência, e que, contudo, quando o processo não for possível nesta modalidade a lei admite que seja aplicada a modalidade pregão presencial, com motivação devida, oportunidade em que a sessão pública deverá ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo, conforme descreve a lei no seu artigo 17, parágrafo 2º, portanto, em obediência ao determinado na lei, principalmente quando se trata do dever de atender a preferência, conforme a lei, para esta licitação será adotada a forma eletrônica.

5.9. EVENTUAL NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA, PROTÓTIPO OU CATÁLOGO:

(Não se aplica)

5.10. EVENTUAL NECESSIDADE DE VISITA TÉCNICA, QUANDO APLICÁVEL:

5.10.1. (Não se aplica).

5.11. EVENTUAL NECESSIDADE DE REGISTRO E LICENÇAS QUANDO OBRIGATÓRIO POR LEI:

5.11.1. (Não se aplica).

5.12. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, NOS TERMOS DO REGULAMENTO PRÓPRIO INSTITUÍDO PELO MUNICÍPIO:

Haverá necessidade de apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, nos termos do regulamento próprio instituído pelo município:

5.12.1. Apresentar atestado de Capacidade Técnica em nome da proponente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contratante dos serviços, comprovando que a licitante forneceu/executou ou fornece/executa serviços compatíveis em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto licitado observadas as previsões do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.12.1.1. Na descrição deverão conter informações que permitam o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança ou afinidade com o objeto licitado, devendo o(s) atestado(s) conter:

- f)** CNPJ da licitante e endereço atualizado da empresa;
- g)** Relatório do objeto fornecido e/ou serviços realizados;



h) Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.

i) Em se tratando de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, a assinatura do responsável deverá ser feita com reconhecimento de firma.

j) Comprovante da execução do contrato na ordem de 5,0% (cinco por cento) do quantitativo do objeto a ser licitado para os seguintes itens: **no grupo 1 itens 03 (11), 06 (25), 07 (50), 08 (27), 09 (70) e grupo 5 item 01 (2.901).**

5.12.1.2. A Administração poderá diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço prestado, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios da execução/fornecimento do serviço. Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria participante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a empresa licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

5.12.1.3. A exigência de atestado de capacidade técnica na Lei 14.133/2021 está justificada no artigo 67, que estabelece que a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional é fundamental para comprovar que a empresa possui os requisitos necessários para executar o objeto do edital.

O atestado de capacidade técnica é um documento que serve para demonstrar que a empresa tem a experiência e aptidão necessárias para atender aos requisitos técnicos de um contrato ou projeto de licitação.

Portanto, é devidamente pertinente e cabível que a Administração faça tal exigência, a fim de obter uma contratação de qualidade.

5.13. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

5.13.1. Poderão participar deste processo quaisquer empresas interessadas que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação.

5.13.2. Não poderão participar deste processo:

5.13.2.1. Empresas que não atenderem às condições do Edital e seus Anexos;

5.13.2.2. Empresas que estejam em processo de falência ou concordata, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.13.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.13.2.4. Empresas inadimplentes em obrigações assumidas com a Prefeitura Municipal

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50062

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



de Sinop/MT;

5.13.2.5. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

5.13.2.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.13.2.7. Empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;

5.13.2.8. Que constem nos cadastros oficiais: Certidão de Licitantes Inidôneos – TCU (Tribunal de Contas da União); CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ (Conselho Nacional de Justiça); CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CJU (Controladoria Geral da União); CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CJU (Controladoria Geral da União) e; Comissão Processante Permanente da Prefeitura Municipal de Sinop/MT.

5.13.2.9. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.13.2.10. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.13.2.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.13.2.12. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.13.2.13. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.13.2.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.13.2.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata de Registro de Preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50063

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.13.3. O impedimento de que trata o item 4.9.2.3. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.13.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **5.13.2.9.** e **5.13.2.10.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da Ata de Registro de Preços, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.13.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.13.6. O disposto nos itens **5.13.2.9.** e **5.13.2.10.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.13.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.13.8. A vedação de que trata o item **5.13.2.13.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de Equipe de Apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.13.9. Será permitida a participação de consórcio de empresas, sendo exigidas:

5.13.9.1. A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no Edital e representará as consorciadas perante o município;

5.13.9.2. A apresentação da documentação de habilitação especificada no Edital por empresa consorciada;

5.13.9.3. A comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50064

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no Edital;

5.13.9.4. A demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no Edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

5.13.9.5. A responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou Contrato, quando for o caso;

5.13.9.6. A obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

5.13.9.7. A constituição e o registro do consórcio antes da celebração da Ata de Registro de Preços ou Contrato, quando for o caso.

5.13.10. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

5.13.11. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante no credenciamento junto à plataforma eletrônica.

5.13.12. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o Agricultor Familiar, o Produtor Rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

5.13.13. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

5.13.14. Não será concedido tratamento diferenciado no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços comuns, até mesmo de engenharia, ao item ou lote cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

5.14. DA SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS;

5.14.1. Conforme o Decreto Municipal 359/2023, Inciso XI, art. 90, o ETP (Estudo Técnico Preliminar) deve ser elaborado considerando "Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, quando aplicável". Nesse sentido, a lei 12.305, de 2 de agosto de 2010 reforça as prioridades nas aquisições e contratações governamentais no inciso XI do art. 7º, visando mitigar possíveis impactos ambientais.

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50065

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



5.14.2. A lei de licitações deixa claro que o processo licitatório tem entre outros objetivos, também o de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável (Inciso IV do art. 11 da Lei 14.133/2021). No entanto, no caso da contratação em curso, dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, nem mesmo possibilidade de condicionar os produtos a serem adquiridos à avaliação de sustentabilidade, uma vez que se trata de fornecimento de refeições.

5.14.3. Ressalta-se que a contratada deverá realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, visando a redução dos resíduos poluentes, bem como de possíveis impactos ambientais, prezando por materiais eficientes, equipamentos modernos, adequados às normas e preservação ambiental com o adequado descarte, manutenção e limpeza do local. Isto posto, caso seja constatado o descumprimento das orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previsto em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

6.1. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1.1.1. Executar nas condições e com a qualidade exigida;

6.1.1.2. Antes do início da execução da avença, designar formalmente (mediante comunicação escrita, através de correio eletrônico ao fiscal do contrato ou gestor da ata) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

6.1.1.3. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração Pública Municipal, cabendo a contratada o seu descarregamento e instalação do produto no local indicado pelo servidor que for receber o produto, em estrita observância das especificações constantes no termo de referência e da proposta;

6.1.1.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ata/contrato, inclusive nos casos de troca de item ou qualquer eventualidade que possa ocorrer;

6.1.1.5. Arcar com toda e qualquer despesa relativa à contratação ora pactuada, dentre elas, carga, transportes horizontais ou verticais, descarga, frete, impostos, mão de obra, taxas, contribuições, encargos sociais ou trabalhistas, inclusive nos casos de troca de item ou qualquer eventualidade que possa ocorrer;

6.1.1.6. Manter, durante toda a execução da ata/contrato, em compatibilidade com as

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50066

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

6.1.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.1.8. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

6.1.1.9. Comunicar à Administração, no prazo máximo de **5 (cinco) dias** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

6.1.1.11. Destacar e discriminar a retenção a que está sujeita, informando de forma clara e inequívoca todos os impostos e alíquotas incidentes, cabendo a ela toda a responsabilidade pela eventual ausência dessa informação ou pela informação incorreta.

6.1.1.12. As notas fiscais não poderão ter rasuras e deverão descrever corretamente o item, o número de empenho, o número do processo de compras e dados bancários para depósito. As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando estiver devidamente assinada e carimbada pelo servidor responsável;

6.1.1.13. As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Prefeitura de Sinop, por meio do **Portal do Fornecedor**, disponível no endereço eletrônico: https://www.gp.srv.br/portalfornecedor_sinop/servlet/home, conforme Decreto 230/2023 de 06 de setembro de 2023.

O protocolo deverá ser realizado separadamente por Secretaria e Empenho/Nad;

6.1.1.14. As certidões deverão ser juntadas ao protocolo e são obrigatórias para a liquidação da despesa.

6.1.1.15. Todos os documentos são obrigatórios, especialmente os citados no edital de licitação e os que constam na instrução normativa 038/2009, atualizada no decreto 118/2022.

6.1.1.16. Caso o protocolo não esteja de acordo com o solicitado, o mesmo será devolvido para correção, sendo válida a data de protocolo corrigida para fins de prazo de pagamento.

6.1.1.17. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar os produtos desta licitação sem ônus, mediante a emissão de ordem de fornecimento pelas Secretarias Municipais, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.



6.1.1.18. Os produtos deverão ser em lona em PVC de cor branca, limpa, em bom estado de conservação, ou seja, sem manchas sem a presença de lama, sujidades, tinta, rasgos, furos, remendos ou deterioração que as deixem com aspecto ruim.

6.1.1.19. Executar o objeto desta licitação no preço, prazo e forma estipulada na proposta durante a vigência do Contrato, que será de 12 meses.

6.1.1.20. Trocar, reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às expensas próprias, no total ou em parte, o objeto deste termo de referência, qualquer situação onde se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua fabricação e fornecimento que não atendam às exigências fixadas no termo de referência, edital e seus anexos;

6.1.1.21. A empresa deve atender todas as especificações e exigências contidas neste Termo, conforme solicitação das Secretarias Municipais envolvidas no processo.

6.1.1.22. Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com a contratação, ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declaradas pela LICITANTE VENCEDORA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a Administração Municipal.

6.1.1.23. Ficará a cargo da empresa a ser contratada, a responsabilidade pela segurança das tendas fornecidas, a partir do momento da entrega das mesmas no local indicado durante o período da realização do evento, e até o término deste, com a devolução das referidas tendas.

6.1.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1.2.1. Atestar nas Notas Fiscais e/ou fatura a efetiva entrega do objeto desta licitação.

6.1.2.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas e ocorrências detectadas.

6.1.2.3. Comunicar prontamente qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

6.1.2.4. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.1.2.5. Fornecer todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos.

6.1.2.6. Conferir toda a documentação, especificação do serviço, quantidade e qualidade técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50068

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

6.1.2.7. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e demais cominações legais, desde que atendidas todas as exigências e cumpridas as especificações e desde que devidamente atestadas as notas fiscais e relatórios feitos pelos fiscais e gestores da Ata de Registro de Preços.

6.1.2.8. Aplicar à contratada as penalidades, quando for o caso.

6.1.2.9. Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção.

6.1.2.10. Acompanhar, controlar e avaliar a entrega e a qualidade dos materiais, através da unidade responsável por esta atribuição.

6.1.2.11. Interromper os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à Contratada, bem como qualquer eventual ocorrência relevante relacionada com o mesmo.

6.1.2.12. Proporcionar todas as facilidades para a execução do objeto do presente Termo de Referência, permitindo o acesso dos profissionais da contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da contratante, principalmente as de segurança, inclusive aqueles referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências;

6.1.2.13. Interromper os serviços que apresentarem irregularidades em sua prestação, comunicando o fato imediatamente à CONTRATADA, bem como qualquer eventual ocorrência relevante relacionada com o mesmo.

6.2. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

6.2.1. Recebimento Provisório: Os itens da presente licitação serão recebidos provisoriamente mediante Termo de Recebimento (ANEXO I) do Termo de Referência, no momento da entrega (imediato), para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço prestado, de acordo com a especificação constante do Termo de Referência.

6.2.2. Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo do objeto dar-se-á imediatamente a partir do recebimento provisório, após verificação da qualidade (adequação às especificações técnicas), da quantidade e da garantia do material. Após o aceite, a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento.

6.2.3. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal ou documento similar não configura o recebimento definitivo dos serviços.

6.2.4. O Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente;

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50069

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



6.2.5. Acrescenta-se que o recebimento do objeto contratado ocorrerá respeitando o Art. 43. do Decreto Municipal 359/2023.

6.3. LOCAL, HORÁRIO, PERIODICIDADE E FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO OU NÃO DO OBJETO:

6.3.1. A(s) empresa(s) deverá(ão) prestar os serviços de locação, instalando as tendas solicitadas em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da NAD (Nota de Autorização da Despesa) pela empresa do certame licitatório, estando sujeitos à conferência e aceitação pelo servidor responsável;

6.3.2. Os serviços solicitados deverão ser entregues, conforme endereço e horário indicado por cada secretaria no perímetro do município de Sinop-MT;

6.3.3. As Diárias de permanência referem-se aos demais dias posteriores ao primeiro dia, que está incluso o valor do serviço de montagem; independente do tempo necessário para ficar no local do evento.

6.3.4. Os serviços deverão ser entregues de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência. As tendas instaladas em desconformidade ou com avarias serão rejeitadas no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema de imediato, sob pena de cancelamento da contratação.

6.4. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DO PRODUTO:

6.4.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações prestadas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

6.5. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA:

6.5.1. (Não se aplica).

6.6. CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.6.1. (Não se aplica).

6.7. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

6.7.1. (Não se aplica).

6.8. NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS POR PROFISSIONAIS DA “ÁREA” DEMANDANTE:

6.8.1. (Não se aplica).



6.9. POSSIBILIDADE DE TROCA DE PEÇAS, SE POR ORIGINAIS OU SIMILARES, E DE PROCESSOS DE REMANUFATURA, RECONDICIONAMENTO, REUTILIZAÇÃO OU REFILAMENTO:

(Não se aplica)

6.10. POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:

6.10.1. Será vedado transferir a terceiros ou subcontratar as obrigações assumidas.

Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente dispensa, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

6.11. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTE:

6.11.1. Registro de preços com prazo de vigência de 12 meses. Registra-se portanto, que a data de finalização da pesquisa estimativa de preços se deu no dia 02/04/2025.

6.12. APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

6.12.1. As sanções de que tratam este Termo de Referência são aquelas descritas nos Art. 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e no Decreto 360/2023.

6.13. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO:

6.13.1. (Não se aplica).

6.14. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS (BARRACÃO, INSTALAÇÕES DE PONTOS DE ÁGUA, ENERGIA E ESGOTO):

6.14.1. (Não se aplica).

6.15. LIMPEZA DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO E/OU REMOÇÃO DE ENTULHOS; EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA O OBJETO A SER CONTRATADO:

6.15.1. (Não se aplica).

6.16. NECESSIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SAC E INDICAÇÃO DO NÚMERO PARA ATENDIMENTO COMERCIAL:



6.16.1. Para manter melhor comunicação entre a Prefeitura Municipal de Sinop/Secretaria e o contratado, devem ser disponibilizados no mínimo 1(um) número para atendimento comercial via telefone, 1 (um) número via whatsapp e e-mail, devendo ser fornecido por escrito.

6.17. POSSIBILIDADE DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO OU PELO SITE ELETRÔNICO, BEM COMO O PRAZO PARA ATENDIMENTO, FORMA DE ATENDIMENTO (0-800, E-MAIL, ETC.), PRAZO E FORMA PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA, SUBSTITUIÇÃO DO EQUIPAMENTO DEFEITUOSO:

(Não se aplica)

7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA ATA/CONTRATO

7.1. Nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2. § 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.3. § 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.4. § 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.5. A gestão e acompanhamento da entrega do objeto serão feitos pela Secretaria Municipal solicitante, através do servidor responsável pelo recebimento do mesmo, bem como o Termo de Aceite e posterior atesto em Nota Fiscal que será remetida para pagamento.

7.6. A Contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidades da prestação do serviço com a qualidade exigida.



DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/ CONTRATO

SECRETARIAS	FISCAL DA ATA/ CONTRATO	SUPLENTE
FINANÇAS	Fiscal: Debora de Paula Pais Cargo: Gestor de Projeto Matrícula: 13971-1	Suplente: Carlos Miguel de Castro Cargo: Gestor de Programa Matrícula: 13830-1
OBRAS	Fiscal: Aline Aparecida Zuck Cargo: Coordenador 3 Matrícula: 14847	Suplente: JHONATAN henrique João Mokwa Cargo: Assistente I Matrícula: 16405
TRÂNSITO	Fiscal: Carlos Roberto Saraiva Cargo: Gestor de Projetos Matrícula: 13924	Suplente: Lucas José Zanatelli Webber Cargo: Acessor Matrícula: 16690
MEIO AMBIENTE	FISCAL: Clayrton Schudiken Cargo: Desenhista Projetista Matrícula: 7757.1	Suplente: Adriana Kaqueiama Cargo: Biologa Matrícula: 8708
EDUCAÇÃO	Fiscal: Elida de Souza Pinheiro Aparecido Cargo: Coordenadora Educação Física Matrícula: 9319	Suplente: Maria Madalena Ferdinando Varea Cargo: Coordenador Técnico Matrícula: 7332
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Fiscal: Ivan Carlos Altissimo Quadra Cargo: Gestor de Projetos Matrícula: 16475	Fiscal: Luzileide de Almeida Mendes Cavazzin Cargo: Auxiliar Administrativo Matrícula: 3206
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Fiscal: Luciano dos Santos Carneiro Cargo: Coordenador 4 Matrícula: 2477	Suplente: Jaqueline Canelli da Cruz Cargo: Assistente I Matrícula: 16248
SAÚDE	Fiscal: João Gustavo Bregano Cargo: Enfermeiro Matrícula: 9403	Suplente: Rivka Pereira Duarte Martins Cargo: Enfermeiro Matrícula: 10369
GOVERNO	Fiscal: Luciano Andre Cargo: Secretário Executivo Matrícula: 8729-1	Suplente: Renan de Souza Cargo: Assistente Matrícula: 15836-1
CULTURA, ESPORTE E TURISMO	Fiscal: Luciane Rodrigues de Lima e Silva Costa Marques Cargo: Professora Licenciada Educação Física Matrícula: 7355	Suplente: Balminondas Marques Fernandes Cargo: Agente de Saúde Matrícula: 9307

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50073

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	Fiscal: Tatiana Elidia da Silva Rodrigues Cargo: Supervisor I Matrícula: 15824	Suplente: Juciane de Souza Ribeiro Cargo: Coordenador Matrícula: 7229
------------------------------------	---	--

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento das despesas orçamentárias será efetuado em até 30 dias conforme previstos no Decreto nº 358/2023 no Art. 11 do dia 22 de Dezembro de 2023 e será efetuado mediante a apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscais/fatura devidamente acompanhada das certidões demonstrando sua regularidade fiscal e trabalhista, que serão liberadas para pagamento somente quando aferidas seu recebimento por meio de fiscal designado.

8.2. As notas fiscais não poderão ter rasuras e deverão descrever corretamente o item e número de empenho, o número do processo de compras, dados bancários para depósito, devendo ainda, destacar e discriminar a retenção a que está sujeita, informando de forma clara e inequívoca todos os impostos e alíquotas incidentes, cabendo a ela toda a responsabilidade pela eventual ausência dessa informação ou pela informação incorreta.

8.3. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão observar às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

8.4. Caso a documentação não esteja de acordo com o solicitado, será devolvida para a correção, sendo válida a data de protocolo corrigida, para fins de prazo de pagamento.

8.5. O Recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente;

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A referida licitação trata - se de serviços comuns e será realizado de forma eletrônica no critério por menor preço por grupo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Art. 6. nos Incisos XIII e XLI.

9.2. Será realizada preferencialmente sob a forma eletrônica conforme Art. 17 do § 2º da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A modalidade de licitação está regida no Art. 28, Inciso I, e trata-se da modalidade de pregão.



9.4. Par afins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguinte requisitos:

9.4.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.4.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.1.7. No caso do item 9.4.1.3., caso a empresa for identificada como EIRELI em seus atos constitutivos, ela deverá ser considerada como convertida em SLU, automaticamente pelo agente de contratação, devendo os seus atos constitutivos serem considerados regulares como EIRELI, mas a empresa deverá se comportar na contratação como uma SLU.

9.4.1.8. Quaisquer atos constitutivos elencados acima deverão ser apresentados juntamente com a **Consulta ao Quadro de Sócios e Administradores – QSA**;

9.4.1.9. Tratando-se de procurador, apresentar procuração por instrumento público ou particular, que comprove os poderes do mandante para a outorga, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50075

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



9.4.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

9.4.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.4.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal (incluindo Seguridade Social), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.2.4. Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.4.2.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.4.2.6. Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, declarando que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, conforme Modelo de Declaração do Anexo VIII.

9.4.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.4.3.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigidos na forma da lei;

f) O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a um ($\geq 1,0$), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Solvência Geral (SG) = $\frac{\text{Ativo Total}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

Liquidez Corrente (LC) = $\frac{\text{Ativo Circulante}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante}}$

b) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50076

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5,0% (cinco por cento) do valor total estimado para o item da contratação. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §4º)

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §1º).

d) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

e) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

F) O Balanço Patrimonial físico na forma da lei deve conter os seguintes elementos:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício;
- Assinado pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Registrado na Junta Comercial, no Cartório De Registros De Pessoa Jurídica ou OAB.

g). O Balanço Patrimonial digital na forma da lei deve conter os seguintes elementos:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado do Exercício;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

9.4.3.2. Certidão negativa de feitos sobre falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no prazo de até 30 dias antecedentes à realização do certame.

9.4.3.3. A iniciativa de exigir qualificação econômico-financeira, sobretudo, no caso concreto, que se trata de entregas futuras, embasa-se, outrossim, no artigo 69 da Lei 14.133/2021, que no seu caput já descreve:

A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital.



Justifica-se, portanto a exigência de qualificação econômico-financeira, considerando que o intuito é que seja demonstrada a saúde financeira, ou seja, que a empresa mostre-se apta que possui disponibilidade de recursos para executar o objeto contratado com base na necessidade concreta do produto contratado e o seu valor estimado para a contratação.

10. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/PREÇO DE REFERÊNCIA

10.1. O custo total estimado levando em consideração os quantitativos e a mediana obtida através de pesquisa de preços é de **R\$ 7.453.843,13 (sete milhões quatrocentos e cinquenta e três mil oitocentos e quarenta e três reais e treze centavos).**

10.2. No valor proposto está incluso todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais, e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente sobre o valor do registro de preços.

10.3. Com relação à justificativa do preço, em atendimento ao que preconiza o Art. 23, da Lei nº 14.133/2021, os custos unitários foram baseados em cotações vigentes similares, pesquisadas em Banco de Preços, Atas de Registro de Preços e orçamento de empresa do ramo.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO	RECURSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
2025339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2027339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
2118339039000015000000000	Recursos Próprios
2122339039000015000000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO	
2108339039000027520000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
2113339039000015000000000	Recursos próprios
1045339039000015000000000	Recursos próprios
1045339039000017590000000	Recursos próprios



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
2033339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2036339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2034339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2039339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2040339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2041339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2042339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2043339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
20663390390000015000000000	Recursos Próprios
20703390390000015000000000	Recursos Próprios
20653390390000150000000000	Recursos Próprios
20573390390000150000000000	Recursos Próprios
20593390390000150000000000	Recursos Próprios
20603390390000150000000000	Recursos Próprios
20553390390000150000000000	Recursos Próprios
20563390390000150000000000	Recursos Próprios
20593390390000166000000000	Recursos Estaduais
20573390390000166000000000	Recursos Estaduais
20603390390000166000000000	Recursos Estaduais
20553390390000166000000000	Recursos Estaduais
20563390390000166000000000	Recursos Estaduais
20573390390000166100000000	Recurso Federal
20593390390000166100000000	Recurso Federal
20603390390000166100000000	Recurso Federal
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
20843390390000150000000000	Recursos Próprios
20783390390000150000000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
2093339039000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
2095339039000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
2089339039000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
2098339039000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
2102339039000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
21043390390000160000000600	Recursos Federais (SUS)
20953390390000160000000603	Recursos Federais (SUS)
20893390390000160000000605	Recursos Federais (SUS)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
21123390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
21313390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal
21333390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal
21343390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal
21353390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal
21373390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal
21403390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	
21413390390000150000000000	Recursos Próprios - Municipal



12. DEMAIS INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1.1. (Não se aplica)

Edson Borges de Aguiar
Responsável pela elaboração do Termo de Referência
Portaria 0463

13. CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

() Concordo com o Termo de Referência/Projeto Básico realizado e autorizo a contratação nos termos da Lei 14.133/2021.

Sinop/MT, 16 de maio de 2025.

Elizabete Cilião Guilherme
Secretária Municipal de Administração e Modernização
Sinop/MT



PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

Nome Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)		
Inscrição Estadual:				Inscrição Municipal:		
Endereço completo:						
Cidade/UF:				Telefone:		
E-mail da empresa:				E-mail do responsável pela assinatura digital:		
Nome do responsável pela assinatura do Contrato:				Dados do responsável pela assinatura do Contrato: data de nascimento, nacionalidade, estado civil, CPF, RG (órgão expedidor e data de emissão), endereço completo, número de telefone		
Dados bancários: nome do banco, número da agência, número da conta bancária, data de abertura da conta, operação (conta corrente ou conta poupança)						
LOTE/ ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Valor total por extenso: (.....)

- Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital deste Pregão, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.
- Declaramos, ainda, que estão incluídos nos preços propostos todas as despesas relacionadas com o objeto da licitação, como impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas (conforme art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021), previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguros e outras despesas decorrentes de exigência legal.
- Declaramos, por fim, que a proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Município/UF, ___ de _____ de 2025.

(Assinatura do representante legal da empresa, nome e cargo)

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50081

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

(Razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 00/2025, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, está enquadrada como ME/EPP/COOP/MEI da Lei Complementar nº 123/2006 e suas posteriores alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência. Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar supracitada. Declaro, ainda, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

Juntamente com esta declaração deverá ser apresentada a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da licitante, expedida em até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para abertura do certame.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL E DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Razão Social da Licitante) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, declara para os devidos fins legais o pleno conhecimento e aceitação de todas as regras e das condições gerais do Edital e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, bem como conhece e atende a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no referido Edital e que todas as declarações são verídicas, assim como todas as certidões apresentadas são autênticas, conforme art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, assumindo como firmes e verdadeiras a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas. Declara, ainda, que a proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, declara para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no Edital, que até a presente data não existem fatos supervenientes e/ou impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública e que não consta nos seguintes cadastros oficiais:

- Certidão de Licitantes Inidôneos – TCU (Tribunal de Contas da União);
- CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNJ (Conselho Nacional de Justiça);
- CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CJU (Controladoria Geral da União);
- CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CJU (Controladoria Geral da União);
- Comissão Processante Permanente da Prefeitura Municipal de Sinop/MT.

Juntamente com esta declaração deverá ser apresentada a certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível através do site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, expedida em até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data prevista para abertura do certame.

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS E DE TRABALHO NÃO DEGRADANTE

(Razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, declara para os devidos fins legais que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, IV, da Lei Federal 14.133/2021, e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação, bem como não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

(Razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ n.º _____, declara para fins do disposto no Edital, do Pregão Eletrônico n.º _____, Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50083
Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267
E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



00/2025, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Parentes em Linha Reta:

Grau	Consanguinidade	Afinidade (Vínculos Atuais)
1°	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora; madrasta/padrasto, enteado/enteada do agente público
2°	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3°	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

Parentes em Linha Colateral:

Grau	Consanguinidade	Afinidade (Vínculos Atuais)
1°	---	---
2°	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3°	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

(Razão social da licitante) _____, CNPJ nº _____, declara, para fins do disposto no art. 68, VI, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Declara, ainda, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Município/UF, ___ de _____ de 2025.

(Assinatura do representante legal da empresa, nome e cargo)



ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025

Preâmbulo

O **MUNICÍPIO DE SINOP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o número 15.024.003/0001-32, com sede administrativa na Avenida das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, na cidade de Sinop/MT, CEP 78.550-206, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Dorner, brasileiro, viúvo, empresário, residente e domiciliado na Avenida dos Jacarandás, nº 3584, Setor Comercial, CEP 78.550-248, na cidade de Sinop/MT, portador da CI/RG nº 0607820-6 SSP/MT e CPF/MF nº 127.091.159-72, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na,, na cidade de, Estado, neste ato representada pelo(a) sócio(a) proprietário(a) senhor(a),, brasileiro(a),, residente e domiciliado(a) na,, na cidade de, Estado, portador da CI/RG nº SSP e CPF/MF n.º, doravante denominada “**PROMITENTE FORNECEDORA**”, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para Registro de Preços, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 359/2023 e em conformidade com as disposições a seguir.

Cláusula Primeira
DO OBJETO

1.1. Através da presente Ata ficam registrados os preços para **Contratações de empresa especializada em locação de tendas para atender às necessidades das Secretarias Municipais**, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 00/2025, que é parte integrante desta Ata,



bem como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independente da transcrição, abaixo especificados.

1.2. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação dos itens indicados na tabela do item 2.1., nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico n.º 00/2025, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

1.3. A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Cláusula Segunda

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada GRUPO DE ITENS, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, CONTA BANCÁRIA, CONTATOS, REPRESENTANTE)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade de	Valor Unitário	Valor Total	Prazo de garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta no Anexo V.

Cláusula Terceira

DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S) E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O Órgão Gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**.

3.2. Além do Órgão Gerenciador não há órgãos e entidades públicas participantes do Registro de Preços.



3.3. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.4. A Ata de Registro de Preços será acompanhada por um gestor cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais, como: instruir o processo da contratação com toda a documentação relativa à sua execução e fiscalização, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 359/2023.

3.5. A Ata de Registro de Preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 359/2023.

SECRETARIAS	FISCAL DA ATA/ CONTRATO	SUPLENTE
FINANÇAS	Fiscal: Debora de Paula Pais Cargo: Gestor de Projeto Matrícula: 13971-1	Suplente: Carlos Miguel de Castro Cargo: Gestor de Programa Matrícula: 13830-1
OBRAS	Fiscal: Aline Aparecida Zuck Cargo: Coordenador 3 Matrícula: 14847	Suplente: JHONATAN henrique João Mokwa Cargo: Assistente I Matrícula: 16405
TRÂNSITO	Fiscal: Carlos Roberto Saraiva Cargo: Gestor de Projetos Matrícula: 13924	Suplente: Lucas José Zanatelli Webber Cargo: Acessor Matrícula: 16690
MEIO AMBIENTE	FISCAL: Clayrton Schudiken Cargo: Desenhista Projetista Matrícula: 7757.1	Suplente: Adriana Kaqueiama Cargo: Bióloga Matrícula: 8708
EDUCAÇÃO	Fiscal: Elida de Souza Pinheiro Aparecido Cargo: Coordenadora Educação Física Matrícula: 9319	Suplente: Maria Madalena Ferdinando Varea Cargo: Coordenador Técnico Matrícula: 7332
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Fiscal: Ivan Carlos Altissimo Quadra Cargo: Gestor de Projetos Matrícula: 16475	Fiscal: Luzileide de Almeida Mendes Cavazzin Cargo: Auxiliar Administrativo Matrícula: 3206
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Fiscal: Luciano dos Santos Carneiro Cargo: Coordenador 4 Matrícula: 2477	Suplente: Jaqueline Canelli da Cruz Cargo: Assistente I Matrícula: 16248
SAÚDE	Fiscal: João Gustavo Bregano Cargo: Enfermeiro Matrícula: 9403	Suplente: Rivka Pereira Duarte Martins Cargo: Enfermeiro Matrícula: 10369
GOVERNO	Fiscal: Luciano Andre	Suplente: Renan de Souza



	Cargo: Secretário Executivo Matrícula: 8729-1	Cargo: Assistente Matrícula: 15836-1
CULTURA, ESPORTE E TURISMO	Fiscal: Luciane Rodrigues de Lima e Silva Costa Marques Cargo: Professora Licenciada Educação Física Matrícula: 7355	Suplente: Balminondas Marques Fernandes Cargo: Agente de Saúde Matrícula: 9307
PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	Fiscal: Tatiana Elidia da Silva Rodrigues Cargo: Supervisor I Matrícula: 15824	Suplente: Juciane de Souza Ribeiro Cargo: Coordenador Matrícula: 7229

3.6. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, será elaborado o plano de fiscalização que terá como referência o Termo de Referência, Edital e instrumento contratual e constará as estratégias de execução e fiscalização, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 359/2023.

3.7. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação à Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;

c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e

f) a satisfação do público usuário, quando cabível.

3.7.1. O fiscal da Ata de Registro de Preços deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

I - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



3.7.2. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

3.8. O produto será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto está condizente com a fatura, com as informações na embalagem, com o previsto em contrato ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o produto está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro do prazo de validade do produto.

3.9. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.10. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e Edital, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.11. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

3.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.14. As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.



Cláusula Quarta

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do Órgão Gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O Órgão Gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo Órgão Gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50090

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



Órgão Gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4.9. De acordo com o art. 471, XIII, do Decreto Municipal 359/2023, é vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

Cláusula Quinta

DA VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, se houver, terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do Contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50091

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.5. Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

5.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando houver eventual prorrogação da vigência.

5.7. A Administração não poderá prorrogar a Ata de Registro de Preços quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Cláusula Sexta

DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.1.3.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **02/04/2025**.

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50092

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



6.1.3.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.1.3.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.3.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.1.3.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.1.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.3.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.1.3.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Sétima

DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o Órgão Gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao Órgão Gerenciador a alteração do preço registrado antes do pedido de fornecimento, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, que passará por análise contábil e jurídica do Órgão Gerenciador, cabendo à Autoridade Competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Órgão Gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o Órgão



Gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado e será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

7.2.6. O Órgão Gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cláusula Oitava
DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão Gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O Órgão Gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos itens 4.6. e 4.7. desta Ata de Registro de Preços.

8.5. Competirá ao Órgão Gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo Órgão Gerenciador, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



Cláusula Nona
DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS
REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. For liberado;

9.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado;

9.1.4. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.5. Não aceitar o preço revisado pela Administração Pública Municipal.

9.1.6. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.6.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1. será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Órgão Gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50096

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9.5. De acordo com o art. 492 do Decreto Municipal 359/2023, a Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

9.5.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

9.5.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.5.3. Por fato superveniente, decorrente dos casos de:

9.5.3.1. força maior,

9.5.3.2. caso fortuito;

9.5.3.3. fato do príncipe;

9.5.3.4. em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

9.5.4. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

Cláusula Décima DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e no art. 156 da Lei Federal nº 14.13/2021.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

10.2. É da competência do Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao Órgão Gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1., dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10.4. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que, com dolo ou culpa,:

10.4.1. Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

10.4.2. Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.4.3. Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

10.4.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.4.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

10.4.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.4.5.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.4.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

10.4.5.4. Deixar de apresentar amostra;

10.4.5.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

10.4.6. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, bem como recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata de Registro de Preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.4.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



10.4.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou durante a execução da Ata de Registro de Preços;

10.4.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

10.4.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.4.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.4.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.4.10.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.4.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.5. Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.13/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.5.1. Advertência;

10.5.2. Multa (moratória e/ou compensatória);

10.5.3. Impedimento de licitar e contratar; e

10.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da Ata de Registro de Preços, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50099

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



comunicação oficial. O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n.º 360/2023.

10.7.1. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para os itens 10.1.4. e 10.1.5.

10.7.2. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de: recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual, quando for o caso, e no caso do item 10.1.6.

10.7.3. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, no caso do item 10.1.1.

10.7.4. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, nos casos do item 10.1.3.

10.7.5. De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, nos casos previstos nos itens 10.1.2., 10.1.7., 10.1.8., 10.1.9., 10.1.10., 10.1.11. e 10.1.12.

10.8. A sanção de multa moratória será aplicada à licitante/contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado na Ata de Registro de Preços, e será aplicada nos seguintes percentuais:

10.8.1. De 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços, até 10 (dez) dias de atraso.

10.8.2. De 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços.

10.8.3. De 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto na Ata de Registro de Preços.

10.8.4. Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo Fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter



a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.9. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 13 do Decreto Municipal n.º 360/2023.

10.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, quando justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 16 do Decreto Municipal n.º 360/2023.

10.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal n.º 360/2023.

10.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão.

10.13. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.14. A aplicação das sanções previstas no item 10.2., alíneas “b”, “c”, “d” e “e” admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.15. A aplicação das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Cláusula Décima Primeira **DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade orçamentária e subdividida nas seguintes categorias de contratações: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras, conforme determina o Decreto Municipal nº 129/2024.

11.2. A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

11.3. Considera-se liquidação o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto do gasto e atesto por servidor designado.

11.4. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o dispositivo no artigo 63 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e instrução normativa 38/2009, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

11.5. Os prazos para que sejam efetuados os pagamento serão limitados a:

- até 10 dias para a liquidação e encaminhamento para pagamento, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela unidade Administrativa responsável pela despesa;
- até 20 dias para pagamento, a contar da liquidação;
- após a liquidação, o órgão responsável deverá encaminhar o processo para pagamento em até 3 dias a contar da data do atesto, respeitado o prazo definido (até 10 dias para liquidação e encaminhamento).

11.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente,



verificadas pela administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado no prazo para liquidação e pagamento.

11.7. Na hipótese de caso fortuito ou força maior, que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

11.8. Previamente ao pagamento, a administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta, bem como eventual aplicação de sanção administrativa.

11.8.1. verificadas quaisquer irregularidades, a administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, sem prejuízo do prosseguimento do processo de pagamento;

11.9. A permanência da condição de irregularidade devidamente notificada anteriormente sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela administração, culminará em suspensão dos pagamentos e rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e ampla defesa.

11.10. É facultada a retenção *ad cautelam* dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a administração pública e das multas aplicadas de acordo com a Lei Federal 14.133 de 2021, regulamento municipal próprio sobre o tema.

11.11. Em caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, devidos pela CONTRATANTE, entre o término do prazo para pagamento e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:



EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.13. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.14. Para fins de imposto de renda retido na fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição Federal, o Município em todas as suas contratações com pessoas jurídicas, observará o disposto no art. 64, da Lei Federal n.º 9.430/1996, no art. 15 da Lei n.º 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB n.º 1663/2016, e por fim Instrução Normativa RFB n.º 2145/2023, com a consequente retenção na fonte do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

11.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.16. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

11.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50004

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.20. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.20.1. O prazo de validade;

11.20.2. A data da emissão;

13.20.3. Os dados da Ata de Registro de Preços e do órgão contratante;

11.20.4. O período respectivo de execução da Ata de Registro de Preços;

11.20.5. O valor a pagar; e

11.20.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.21. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.23. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso a Contratada não regularize sua situação.



11.25. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

11.26. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

11.27. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

11.28. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

11.29. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação, correrão a cargo das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, cujos programas de trabalho e elementos de despesas constarão nas respectivas notas de empenho, Contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no Edital.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DOTAÇÃO	RECURSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
2025339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
2027339039000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
2118339039000015000000000	Recursos Próprios
2122339039000015000000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO	
2108339039000027520000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
2113339039000015000000000	Recursos próprios
1045339039000015000000000	Recursos próprios
1045339039000017590000000	Recursos próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
2033339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2036339039000015001001000	Recursos Próprios – FME

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50006

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



2034339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2039339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2040339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2041339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2042339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
2043339039000015001001000	Recursos Próprios – FME
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
20663390390000015000000000	Recursos Próprios
20703390390000015000000000	Recursos Próprios
20653390390000015000000000	Recursos Próprios
20573390390000015000000000	Recursos Próprios
20593390390000015000000000	Recursos Próprios
20603390390000015000000000	Recursos Próprios
20553390390000015000000000	Recursos Próprios
20563390390000015000000000	Recursos Próprios
20593390390000016600000000	Recursos Estaduais
20573390390000016600000000	Recursos Estaduais
20603390390000016600000000	Recursos Estaduais
20553390390000016600000000	Recursos Estaduais
20563390390000016600000000	Recursos Estaduais
20573390390000016610000000	Recurso Federal
20593390390000016610000000	Recurso Federal
20603390390000016610000000	Recurso Federal
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
20843390390000015000000000	Recursos Próprios
20783390390000015000000000	Recursos Próprios
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
20933390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
20953390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
20893390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
20983390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
21023390390000015001002000	Recursos Próprios - Municipal
210433903900000160000000600	Recursos Federais (SUS)
209533903900000160000000603	Recursos Federais (SUS)
208933903900000160000000605	Recursos Federais (SUS)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
21123390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
21313390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
21333390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
21343390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
21353390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
21373390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
21403390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO	
21413390390000015000000000	Recursos Próprios - Municipal

Cláusula Décima Segunda
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO



12.1. A(s) empresa(s) deverá(ão) prestar os serviços de locação, instalando as tendas solicitadas em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da NAD (Nota de Autorização da Despesa) pela empresa do certame licitatório, estando sujeitos à conferência e aceita pelo servidor responsável;

12.2 Os serviços solicitados deverão ser entregues, conforme endereço e horário indicado por cada secretaria no perímetro do município de Sinop-MT;

12.3 As Diárias de permanência referem-se aos demais dias posteriores ao primeiro dia, que está incluso o valor do serviço de montagem; independente do tempo necessário para ficar no local do evento.

12.4 Os serviços deverão ser entregues de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência. As tendas instaladas em desconformidade ou com avarias serão rejeitadas no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema de imediato, sob pena de cancelamento da contratação.

Cláusula Décima Terceira
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e o Termo de Referência;

13.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;

13.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

13.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência;

13.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e na Ata de Registro de Preços;

13.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos

Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50008

Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267

E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br



manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

13.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 dias;

13.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.1.10. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega dos produtos objeto desta licitação, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

13.1.11. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do objeto;

13.1.12. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal.

13.2. São obrigações da Contratada:

13.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

13.2.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



13.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

13.2.8. Comunicar ao Fiscal da Ata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

13.2.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.2.10. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.2.11. Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021);

13.2.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021);

13.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

13.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto



quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.2.16. Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria solicitante, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços;

13.2.17. As notas fiscais não poderão ter rasuras e deverão descrever corretamente o item, e número de empenho, o número do processo de compras, dados bancários para depósito. As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando, estiver devidamente assinado e carimbado pelo funcionário responsável.

13.2.18. Pagar todos os tributos, encargos, custos e despesas, dentre outros, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos ou serviços fornecidos;

13.2.19. Manter, durante a validade da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

13.2.20. Fornecer os bens ou prestar os serviços, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

13.2.21. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Cláusula Décima Quarta DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00/2025, o Termo de Referência e a Proposta de Preços da empresa classificada em primeiro lugar no certame retomando.

14.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e Princípios Gerais dos Contratos.

14.3 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**Av. das Embaúbas, nº 1386, Setor Comercial, Sinop/MT, CEP 78550-206, Caixa Postal 50011
Telefones: (066) 3520-7523/3520-7267
E-mail: licitacao@sinop.mt.gov.br**



14.4 Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal n.º14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, assim como no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Cláusula Décima Quinta
DO FORO**

15.1. As partes elegem o foro da comarca de Sinop, Estado de Mato Grosso, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata de Registro de Preços com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
ROBERTO DORNER
Prefeito Municipal**

**EMPRESA DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO
(Futura contratada)**



ANEXO V
CADASTRO RESERVA

1.1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, CONTA BANCÁRIA, CONTATOS, REPRESENTANTE)							
	Especificação	Marca	Modelo	Und	Qut	Valor Unitário	Valor Total	Prazo de garantia ou validade
X								

1.2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, CONTA BANCÁRIA, CONTATOS, REPRESENTANTE)							
	Especificação	Marca	Modelo	Und	Qut	Valor Unitário	Valor Total	Prazo de garantia ou validade
X								